



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DH
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

DANILLA MIKELLY MARCELINO DE MIRANDA

**EDUCAR PARA PROTEGER: CONHECER E PRESERVAR ATRAVÉS
DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

CAMPINA GRANDE – PB

2011

DANILLA MIKELLY MARCELINO DE MIRANDA

**EDUCAR PARA PROTREGER: CONHECER E PRESERVAR ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

Monografia apresentada á Universidade Estadual da Paraíba - UEPB – em cumprimento à exigência para obtenção do título de graduado.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lindací Gomes de Souza

CAMPINA GRANDE – PB

2011

M672e Miranda, Danilla Mikelly Marcelino de.

Educar para proteger [manuscrito]: conhecer e preservar através da educação Patrimonial / Danilla Mikelly Marcelino de Miranda. – 2011.

100 f.: color.

Digitado.

**Trabalho de Conclusão de Curso
(Graduação em História) – Universidade
Estadual da Paraíba, Centro de Educação,
2011.**

“Orientação: Profa. Dra. Maria Lindací Gomes de Souza,
Departamento de História”.

1. Identidade 2. Patrimônio 3. Educação Patrimonial. I. Título.

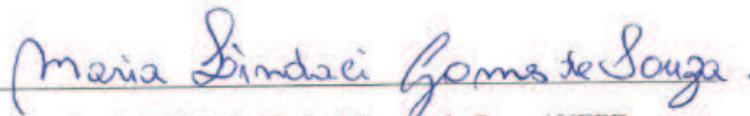
21. ed. CDD 305

DANILLA MIKELLY MARCELINO DE MIRANDA

**EDUCAR PARA PROTEGER: CONHECER E PRESERVAR ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.**

Monografia apresentada á Universidade
Estadual da Paraíba - UEPB - em
cumprimento à exigência para obtenção do
título de graduado.

Aprovada em: 16/06/2011.



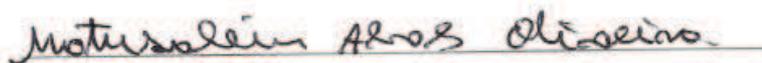
Prof.^a Dr.^a Maria Lindaci Gomes de Souza/ UEPB

Orientadora



Prof.^a Dr.^a Patricia Cristina de Aragão Araújo/UEPB

Examinadora



Prof.^a Ms. Matusalém Alves Oliveira/ UEPB

Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os admiradores e conservadores do passado campinense, aos homens que entre construções e desconstruções a edificaram e aqueles que simplesmente o relembram, pois nele está contido as suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero prestar meus agradecimentos à Deus, ser supremo e todo poderoso, razão dá minha existência, à quem devo meu louvor e exaltação por ter me dado a força necessária para prosseguir e enfrentar as dificuldades surgidas durante minha vida e caminhada acadêmica. A ele toda honra, toda glória e louvor.

Agradeço infinitamente aos meus pais, Carlos Alberto e Djanira, que me apoiaram e incentivaram durante toda minha vida, servindo-me de exemplo e força para não parar, para lutar, pra vencer. A vocês queridos pais, todo meu amor, por não precisar me espelhar em ninguém á não ser em vocês.

Aos meu irmãos, Carlos Alberto Junior, Débora Suelle e Dayanne Kelly, muito obrigado por sempre estarem comigo nos momentos mais difíceis, suportando os estresses que a jornada universitária nos ocasiona. Obrigado por fazerem parte dos elementos indispensáveis da minha vida.

Ao meu noivo, Carlos Daniel, que através do seu afeto tornou as dificuldades surgidas no caminho mais fáceis de serem superadas. À você todo meu carinho.

Agradeço imensamente à Rebeca Cirino, que mesmo não me conhecendo me ajudou bastante no suporte teórico desse trabalho. À você querida toda a admiração, de alguém que não encontrou tanta atenção, até mesmo em pessoas amigas e conhecidas.

Agradeço também, e indispensavelmente, a todos os meus amigos da turma de História 2006.1, que estiveram do meu lado em todos os momentos da jornada acadêmica. À vocês, Alexandre Teixeira, Euzillyen Maria, Flávia Danielly, Lucas Moura, Júlio César, Joabe Aguiar, José Solon e Renato Elias, a certeza de que serão inesquecíveis e a confiança de uma amizade eterna.

Agradeço também ao corpo docente do curso de História, que durante esses anos de estudo nos deram suporte teórico e prático através do vosso conhecimento e dedicação nos incentivando à prosseguir e vencer as dificuldades, a crescer academicamente. Nesse sentido, mas do que especialmente presto honras a Prof.^a Dr.^a Maria Lindací Gomes de Souza, minha orientadora, pela sua compreensão e apoio no desenvolver desse trabalho, assim como aos professores que compuseram a banca examinadora, Dr^a Patrícia Cristina de Aragão Araújo e Matusalém Alves Oliveira pela disponibilidade e atenção afetuosa a esta pesquisa.

Por fim, agradeço aos diretores, coordenadores, professores e principalmente aos alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Vianna Correa, que tão afetosamente me

acolheram e contribuíram para a efetivação dessa pesquisa, assim como para o desenvolvimento das atividades de sensibilização á preservação do patrimônio histórico e cultural.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos e a certeza de que sem vocês esse trabalho jamais teria sido desenvolvido.

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sobre outras formas.

(Edward Said)

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise acerca da degradação do patrimônio Histórico e cultural da cidade de Campina Grande, pautando-se nos dados coletados através do Projeto de extensão “A Cidade visível e invisível: identidade cultural, memória e cidadania”. Interassanos, no mesmo, compreender de que maneira as modificações urbanas ocorridas ao longo da história da cidade foram significantes para a construção da atual desvalorização do passado campinense, assim como, perceber a maneira que o mesmo é visto e sentido pelas atuais gerações. Sabendo que na atualidade a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural, além de configurar-se como dever do cidadão brasileiro, pode ser também considerado um direito do indivíduo segundo a lei da “Cidadania Cultural” hoje em voga no Brasil, pretendemos perceber de que maneira a escola, que tem como um dos seus objetivos principais a formação de cidadãos aptos a conviverem em sociedade, vem trabalhando a sensibilização à preservação patrimonial. Para tanto, foram desenvolvidos entrevistas com docentes e discentes da Escola Normal Padre Emídio de Vianna Correia, a fim de perceber, além do conhecimento da juventude acerca da temática, a maneira como a educação patrimonial tem sido desenvolvida neste ambiente escolar.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio, Identidade, Educação Patrimonial

A B S T R A C T

This paper presents an analysis about the degradation of historical and cultural city of Campina Grande, basing on the data collected through the Extension project "The City Visible and Invisible: cultural identity, memory, and citizenship. " Interassa us in it, understand how the urban changes that have occurred over the city's history was significant for the construction of the current devaluation of the past campinense, as well as understand the way it is seen and felt by present generations. Knowing that today will question the preservation of historical and cultural patrimony, and configure itself as a duty of Brazilian citizen, can also be considered an individual right under the law of "Cultural Citizenship" in vogue today in Brazil, we intend to realize How the school, which has as one of its main aims for the formation of citizens capable of living together in society, has been working to raise awareness on preservation of assets. It had been developed from interviews with teachers and students of the Normal School of Father Emidio Vianna Correia, to perceive, beyond the knowledge of youth on the theme, the way the heritage education has been developed in this school environment.

KEYWORDS: Heritage, Identity, Heritage Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Vergniaud Wanderley no ano de 1979.....	18
Imagem 2: Sede dos Correios e telégrafos na década de 1930.....	22
Imagem 3: Casa de Demóstenes Barbosa sendo demolida.....	23
Imagem 4: Sede dos correios construída durante a urbanização.....	23
Imagem 5: Construção do Grande Hotel.....	28
Imagem 6: Grande Hotel após a construção.....	29
Imagem 7: Rua Maciel Pinheiro na década de 1920.....	29
Imagem 8: Praça Epitácio Pessoa em 1940	30
Imagem 9: Largo da igreja matriz no dia 7 de setembro de 1922.....	31
Imagem 10: Igreja do Rosário de data desconhecida.....	32
Imagem 11: Rua Maciel Pinheiro na década de 1950.....	33
Imagem 12: Açude velho na década de 1930.....	33
Imagem 13: Açude velho durante a construção do cais circular, ano de 1942.....	34
Imagem 14: Monumento Os pioneiros.....	39
Imagem 15: Grupo de cultura nativa Tropeiros da Borborema.....	39
Imagem 16: Campina Grande nos anos 1950.....	58
Imagem 17: Campina Grande na atualidade.....	58
Imagem 18: Igreja de Nossa Senhora da Guia – 2010 e 1925.....	61
Imagem 19: Antigo Altar da Catedral.....	61
Imagem 20: Praça da Bandeira na década de 1940.....	62
Imagem 21: Prédios em Art déco na Rua Venâncio Neiva.....	62
Imagem 22: Casa Inglesa, 2010.....	63
Imagem 23: Cine Capitólio na atualidade.....	63
Imagem 24: Prédios em degradação em Campina Grande.....	63
Imagem 25: Casas históricas destruídas.....	64
Imagem 26: Açude Novo na década de 1950.....	70
Imagem 27: Açude novo na atualidade.....	80
Imagem 28: Planta do cassino Eldorado, 1937.....	81
Imagem 29: Prédio abandonado do Cassino Eldorado.....	82
Imagem 30: Palhoção construído por Enivaldo Ribeiro, década de 1980.....	83
Imagem 31: Abertura do São João de Campina Grande em 1985.....	85
Imagem 32: São João de Campina Grande em 1985.....	86

Imagem 33: Construção da pirâmide do parque do povo, década de 1980.....	86
Imagem 34: Inauguração do Parque do povo, ano de 1986.....	87
Imagem 35: Festejos juninos de Campina Grande ano de 1986.....	88
Imagem 36: São João de Campina Grande ano de 2010.....	88
Imagem 37: São João de Campina Grande ano de 2010.....	89
Imagem 38: Sítio São João, ano de 2010.....	89
Imagem 39: Artigos encontrados no Sítio São João.....	90
Imagem 40: Representação da cultura nordestina Grande.....	90
Imagem 41: Representação da Vila Nova da Rainha e da Matriz de Campina Grande..	
.....	91

LISTA DE GRÁFICOS

Amostra coletada com os docentes:

GRÁFICO 1: Área de atuação dos profissionais entrevistados.....	66
GRÁFICO 2: Pra que serve a educação patrimonial.....	66
GRÁFICO 3: Utilização do patrimonial como temática nas aulas.....	67
GRÁFICO 4: Dificuldades encontradas no desenvolvimento da educação patrimonial.....	67
GRÁFICO 5: Utilização da história local como temática nas aulas.....	68
GRÁFICO 6: A frequência da utilização da história local como temática.....	68
GRÁFICO 7: Dificuldades na utilização da história local como tema das aulas.....	69
GRÁFICO 8: Importância da história local e do patrimônio para a formação do discente.....	69

Amostra coletada com os discentes:

GRÁFICO 9: Conceito de patrimônio.....	71
GRÁFICO 10: Conceito de Cultura.....	71
GRÁFICO 11: Exemplos de patrimônios.....	73
GRÁFICO 12: Identificação dos patrimônios culturais.....	73
GRÁFICO 13: São João de Campina Grande como exemplo de Patrimônio.....	74
GRÁFICO 14: Exemplos de patrimônios da cidade de campina Grande.....	74
GRÁFICO 15: Disciplinas que tratam sobre o patrimônio e a história local.....	75
GRÁFICO 16: Utilização da história local na escola.....	75
GRÁFICO 17: Disciplinas que utilizam a história local e patrimônio como assunto a ser trabalhado.....	76

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A MODERNIDADE CONSTRUINDO NOVAS PAISAGENS SOCIAIS EM CAMPINA GRANDE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CONTRASTE COM A TRADIÇÃO VIA MEMÓRIA	18
2.1	É preciso se modernizar: A transformação do espaço urbano de Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940.....	19
2.2	Entre construções e desconstruções: a degradação do patrimônio histórico de Campina Grande.....	27
2.3	Campina Grande uma cidade moderna que disputa um lugar com o passado: A construção da identidade cultural campinense.....	36
3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CAMPINA GRANDE: UM PASSADO A SER CONHECIDO E PRESERVADO	39
3.1	Entre o patrimônio material e imaterial: Um passado a se preservar.....	40
3.2	Educação patrimonial como instrumento em favor da cidadania e uma tática contra o esquecimento.....	49
3.3	O exercício da cidadania na escola: Cidadania cultural e Educação Patrimonial.....	52
4	ALÔ, ALÔ MINHA CAMPINA GRANDE: QUEM TE VIU E QUEM TE VER	58
4.1	De volta ao passado: a atual guerra entre o antigo e o moderno na cidade de Campina Grande.....	60
4.2	Entre o antigo e o moderno: A necessidade da educação patrimonial na cidade de Campina Grande.....	65
4.3	De volta ao passado: Revisitando o patrimônio histórico e cultural de Campina Grande.....	78
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

I - INTRODUÇÃO

Ao longo dos tempos, muitos foram os conceitos utilizados para definir patrimônio histórico e cultural, assim como tantos foram os objetivos aos quais se fazia necessário sua conservação.

Surgido na Grécia antiga, na qual possuía um caráter de propriedade, durante muito tempo o patrimônio de determinadas sociedades foi utilizado com um caráter nacionalista tendo como objetivo promover a sensação de pertencimento e reconhecimento da história nacional por meio dos grandes nomes que a fizeram. Assim, patrimônio era toda representação dos heróis e dos seus grandes feitos, prendendo-se, no entanto ao patrimônio no seu caráter tangível.

As lutas de sociólogos, historiadores entre outros profissionais e suas entidades representativas, fizeram com quem esse conceito de patrimônio se expandisse de modo que, no final do século XX, já era considerado patrimônio histórico, tudo aquilo que representasse uma determinada sociedade, em qualquer tempo ou espaço, abrindo-se dessa maneira à inserção do patrimônio intangível como participante na formação do patrimônio histórico, por isso agora denominado patrimônio histórico e cultural.

Consciente da importância do patrimônio histórico e cultural, assim como da necessidade do conhecimento da história para o reconhecimento do ser humano enquanto participante no processo histórico de sua cidade, durante o ano de 2010, foram desenvolvidas por meio do projeto de extensão intitulado “A Cidade visível e invisível: identidade cultural, memória e cidadania”, financiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos comunitários (PROEAC), da Universidade Estadual da Paraíba.

O projeto desenvolveu-se entre os meses de maio e dezembro de 2010, na Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia, contemplando atividades extencionistas voltadas para a difusão da história de Campina Grande, assim como para a sensibilização à conservação do patrimônio histórico e cultural da mesma, por meio de aulas expositivas e oficinas. Tendo como objetivo principal contribuir para que a comunidade através da juventude se identifique enquanto ator social, nas ações preservacionistas do patrimônio histórico-cultural do seu bairro e cidade.

No sentido de fortalecer a identidade cultural, em nossas atividades buscamos trabalhar o processo de construção da identidade e da cidadania cultural que consiste, “no direito de acesso à cultura que pressupõe a garantia de que além de produzir cultura, todo indivíduo

deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade.” (FERNANDES, 1993, p.271), via memória de seus habitantes, considerados de suma importância enquanto percepção da fisionomia da cidade, afim de com isso propiciar por meio do conhecimento a valorização do patrimônio cultural.

Alem disso, buscamos fortalecer o processo de ensino-aprendizagem através da troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a comunidade social, com o intuito de conscientizar o público alvo da importância da preservação do patrimônio, histórico e cultural para o reconhecimento da população como agente ativo da história. Nesse sentido, à luz de nossas atividades, objetivamos também promover um estudo que gere a diferença existente entre conservar e preservar, segundo a proposta de MEDEIROS, na qual:

A Preservação engloba, de maneira mais ampla, todas as ações que beneficiam a manutenção do bem cultural. Se tomarmos como exemplo uma imagem barroca, podemos considerar ações de preservação até mesmo as leis criadas para garantir a integridade do patrimônio, os mecanismos para viabilizar a realização de projetos de restauração, o cuidado com o meio ambiente que circunda o local ou ações como o desvio do trânsito para evitar a trepidação do prédio onde a obra se encontra. Enfim, todas as ações que colaboram para garantir a integridade do bem que se deseja preservar. A ação de Conservação, embora possa realizar-se diretamente na matéria do objeto, não se limita a ela. A conservação visa interromper os processos de deterioração, conferindo estabilidade à obra. Para esse fim, atua sobre os aspectos que cercam e influenciam a conservação do objeto, controlando os agentes que podem provocar a deterioração do bem cultural, (...) Ao atuar diretamente na obra, enfocará a estabilidade da peça a ser conservada, buscando resolver seus problemas estruturais e recuperando sua integridade. (MEDEIROS, 2005, p.1)

Dessa forma, buscamos analisar não apenas as ações estatais que trabalham a favor da preservação do patrimônio cultural, mas também demonstrar a importância da participação da sociedade nas ações de conservação do mesmo.

A intenção de desenvolver tal análise voltada para o estudo acerca do patrimônio histórico de Campina Grande surgiu a partir da participação no projeto, e das dimensões que o mesmo atingiu ao longo das atividades desenvolvidas, assim como tendo em vista a atual e crescente degradação do patrimônio campinense, e por fim devido à grande importância sabida da extensão universitária para a formação do discente, como também pela possibilidade de estabelecer um diálogo com a comunidade através da relação entre o ensino e a extensão.

Parte integrante do tripé da formação acadêmica, que é constituído por ensino, pesquisa e extensão, a extensão universitária é a possibilidade que o estudante tem de colaborar com a nação, multiplicando o conhecimento, ultrapassando as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade. Trata-se do relacionamento entre a teoria e a prática, ou seja,

faz com que o conhecimento ultrapasse os muros da universidade indo além, permitindo o aprendizado também pela aplicação, fazendo e praticando. Segundo Silva (1996),

A extensão universitária atua na realidade como: Uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a universidade e o meio. (SILVA apud ARAÚJO, sl, p.2).

Tendo em vista a relevância da extensão universitária para a sociedade, a importância da mesma vai além de apenas externar o conhecimento adquirido no âmbito acadêmico para a comunidade em geral, possibilitando também, através de tal contato, à coleta de dados e informações que contribuirão para a realização de estudos e pesquisas. Assim, a universidade ao relacionar-se com a realidade local, regional ou nacional tem a probabilidade de restaurar constantemente a sua própria estrutura, currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-os para atender a verdadeira realidade do país.

Dessa maneira, através da força das atividades extencionistas, buscamos contribuir para o conhecimento da história local, identificando através da cultura patrimonial as mudanças que ocorreram ao longo dos tempos e de que maneira as mesmas contribuíram para a metamorfose no patrimônio histórico e cultural da cidade e para a formação de uma identidade de desvalorização do mesmo, percebida no cotidiano da cidade.

Dessa forma, o trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro caminhamos através da história da urbanização de Campina Grande, percebendo a intenção da realização da mesma e como a busca pela modernidade dizimou muito do patrimônio da localidade, assim como debatemos de que maneira esse caráter de cidade moderna, difundido ao longo da história, pode se posicionar como vilão na luta contra a degradação do mesmo.

No segundo capítulo, destacamos a importância da educação patrimonial como uma prática cultural e como uma política social a ser inserida, não só nas instituições educacionais brasileiras, e em especial de Campina Grande, tendo em vista a falta de conhecimento do que é cultura patrimonial que pode gerar não apenas a desvalorização do patrimônio cultural, mas também pode fragilizar a identidade.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos os dados coletados nas amostras com os professores, tendo a intenção de perceber como a educação patrimonial vem sendo trabalhada no cotidiano escolar. No desenrolar do trabalho, tentamos ainda demonstrar a percepção dos discentes da instituição analisada com relação ao patrimônio local, assim como verificar a importância dada por estes ao temas no que se trata de sua inserção no currículo escolar. Desse modo analisamos também o conhecimento e a importância dada pelos discentes à referida temática, dados com quais fundamentamos nossas atividades.

Através do mesmo, esperamos contribuir para o processo de mudança de atitudes, através do compromisso ético da educação, no qual nos inserimos enquanto formadores de opinião, assim como contribuir pra a formação de agentes multiplicadores e defensores da história materializada no patrimônio histórico e cultural.

**CAPÍTULO II - A MODERNIDADE CONSTRUINDO NOVAS PAISAGENS SOCIAIS
EM CAMPINA GRANDE: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM CONTRASTE
COM A TRADIÇÃO VIA MEMÓRIA**

*“Eu Queria Campina Sendo a Capital”
(Vergniaud Wanderley)*

Imagem Nº 1: Vergniaud Wanderley, no ano de 1979



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

2.1: É preciso se modernizar: A transformação do espaço urbano de Campina Grande nas décadas de 1930 e 1940.

A transformação do espaço urbano de Campina Grande, em seus mais diferentes tempos e objetivos, têm se constituído ao longo da história, como um dos principais motivos para a degradação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Desde a década de 1930, quando se inicia na cidade a política de modernização e urbanização, vários monumentos que compunham a paisagem cultural de Campina Grande foram destruídos e reformados.

Nos anos 1930, o prefeito Vergniaud Wanderley inicia na cidade de Campina grande o projeto de urbanização, que anos atrás havia sido idealizado por seu antecessor na administração campinense, Antonio Pereira Diniz. Em jornais datados de 1935, já se podia perceber as intenções do prefeito voltadas para a modernização da cidade através de leis sancionadas. Segundo o jornal local “O Rebate”, em Janeiro daquele ano, o administrador da cidade divulgava um decreto que dava início á tal ideal, conforme abaixo demonstrado:

DECRETO Nº 51

(...) O Prefeito...

– considerando que Campina Grande apesar de ser uma cidade bastante adiantada, distancia-se, porém, das outras cidades importantes do país, pelo seu aspecto material, pois as construções e reconstruções em suas principais ruas são geralmente feitas de um só pavimento;

– considerando que o poder Público tem o dever de interessar-se pelo embelezamento da cidade, pois, é ele inquestionavelmente que impressiona os que nos visitam;

– considerando que para isso é preciso obrigar-se que as construções e reconstruções nessas ruas sejam de mais de um pavimento (...).

DECRETA

Art. 1 – Nas ruas João Pessoa até Major Belmiro Barbosa Ribeiro, Marquês do Herval, Maciel Pinheiro, Monsenhor Sales e Cardoso Vieira e nas Praças João Pessoa, do Rosário e Praça Epitácio Pessoa, as construções e reconstruções só serão permitidas de mais de um pavimento (...) (SOUSA, 2003, p.1)

Inovador, o projeto arquitetado por Antônio, que visava o saneamento e embelezamento da cidade, se sobressaía de maneira abrupta á tudo que até então havia sido desenvolvido no sentido de melhorias para a cidade. Até tal decreto, apenas haviam sido feitas terraplenagens, calçamentos, meios-fios, assim como investidas iniciais voltadas para o alinhamento da cidade como desapropriações e indenizações de casas que impediam a expansão da cidade ou

estavam fora de nivelamento. Com tal projeto, passava-se a investir nos lugares mais vistos e procurados pelos moradores locais e visitantes, como praças, cinemas, o centro da cidade em geral, a fim de chamar o interesse e a valorização aos mesmos.

Em âmbito nacional, durante aquele período, a política de urbanização e sanitário encontrava-se em auge, sendo a mesma realizada nas mais importantes cidades do país. Souza afirma que:

Desde a segunda metade do século XIX, algumas capitais e cidades brasileiras vinham experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente suas ruas e áreas centrais. Essas experiências inspiravam-se na medicina social e foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra (...) (SOUSA, 2003, p.1).

Os motivos alegados para tais modificações giravam em torno dos discursos e das novas questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitários, associando-as a problemas de saúde. No entanto, principalmente quando se trata de Campina Grande, não se podia negar a intenção de realizá-la como objetivo de proporcionar o crescimento necessário às exigências do capitalismo em expansão.

Não obstante a isso, intelectuais brasileiros através de ópticas diversas, puseram na ordem do dia a necessidade de transformar as nossas cidades, tornando-as higienizadas e aprazíveis para seus moradores, investidores e visitantes.

Campina era “o terceiro mercado do algodão do mundo, a maior praça comercial do Estado, cidades de surpreendente movimento urbano, enfim um centro admirável de trabalho”, segundo afirma o urbanista Dr. Nestor de Figueiredo, em reportagem ao “Jornal de Campina”, e por isso deveria “transformá-la em uma cidade moderna, confortável, que possa atrair turistas, e possa aumentar as possibilidades do grande ritmo de todas as suas surpreendentes atividades.” (SOUSA, 2003, p.1)

Conhecida na época como a Liverpool brasileira, a cidade de Campina Grande havia se desenvolvido economicamente graças ao processo de transformação do algodão, que contribuiu não apenas para a economia da cidade como também para o seu aumento contingencial. Devido ao algodão, nesses anos, Campina viu crescer sua população de vinte mil habitantes, em 1907, para cento e trinta mil habitantes, em 1939, o que representa um crescimento de 650% em 32 anos. Para se ter uma noção, a capital paraibana, João Pessoa, só chegou a possuir uma população equivalente na década de 1950. Dias afirma que:

O algodão foi a principal atividade econômica de Campina Grande nos primeiros anos do século XX, sendo responsável pelo crescimento da cidade, que se fortaleceu pelas rotas e estradas utilizadas na época, e mudanças de vida dos cidadãos campinenses visto que atraiu comerciantes de toda a Paraíba e também do Nordeste. Um pouco antes dos meados da década de 50 do mesmo século, era a segunda maior exportadora de algodão do mundo, ficando atrás de Liverpool, na Inglaterra. Por conta do cultivo do algodão e sua notável rentabilidade, o município vivenciou um aumento da população que em 1907 era de vinte mil habitantes, para cento e trinta mil no ano de 1939. É necessário salientar que Campina Grande obteve sucesso na atividade algodoeira por ser dona de uma máquina de beneficiamento de algodão o qual deu um incentivo para a chegada de linhas ferroviárias para cidade, facilitando assim a exportação da produção do Ouro Branco, assim como outros artefatos, para as regiões vizinhas, principalmente Pernambuco. O sucesso da cultura algodoeira se deu até o ano de 1931, com produção de 23 milhões de quilos de algodão em caroço (DIAS, sd, p.1).

Além da importância do algodão para economia da localidade leva-se em conta também o privilegiado posicionamento em que se encontrava a região, a qual era passagem dos viajantes do sertão para o litoral da Paraíba, fazendo de sua ocupação territorial uma conjugação de interesses comerciais e dos fazendeiros que cultivavam o açúcar, os quais estimulavam as atividades criatórias e de sustento.

Em 1937, precisamente, a fim de transformar a cidade em um espaço agradável aqueles poderosos consumidores e investidores, o prefeito da época, põe em prática o projeto idealizado por seu antecessor. Assim sendo, Vergniaud Wanderley inicia o processo de urbanização visando propiciar á cidades a face moderna que sua posição com relação ao mundo exigia, baseando-se no modelo urbanístico do Rio de Janeiro e São Paulo. Sobre tal fato, Souza afirma que:

Entre os anos de 1937 e 1945, a cidade assistiu um processo de modernização do centro urbano com a demolição de vários prédios promovida pelo “*Prefeito Raff*”, Vergniaud Wanderley, que pretendia dar um ar mais moderno a mesma, substituindo os velhos casarões de estilo neocolonial por modernos edifícios em art-decô com dois ou mais pavimentos (SOUZA, 2002, p.2).

Para se promover tal reforma na cidade de Campina Grande, que ainda trazia marcas coloniais em sua estrutura física, o prefeito teve que travar embates com as mais variadas classes da sociedade. Sousa afirma que, “no caso de Campina Grande, além das famílias pobres que moravam nos becos, em suas partes centrais e adjacências, teve-se a demolição, em alguns casos de forma deliberadamente arbitrária de antigos casarões

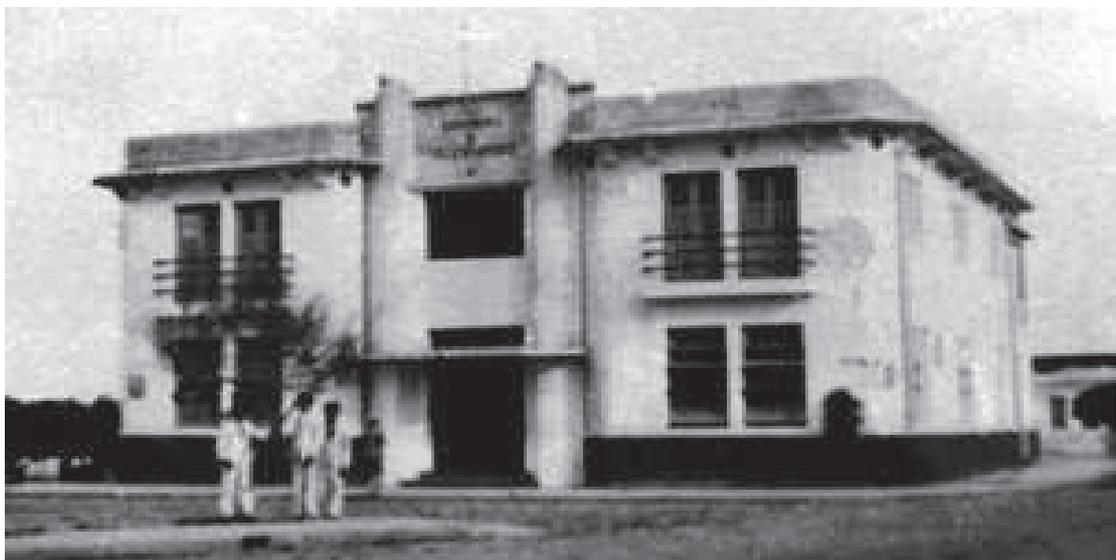
pertencentes a famílias tradicionais da cidade e armazéns e prédios de grandes comerciantes e novos ricos.” (SOUSA, 2003, p. 3).

A fim de abrir ruas e avenidas que possibilitassem o tráfego de veículos, muitos casarões da elite campinense foram destruídos, pois estes, segundo testemunho do então prefeito, “com exceção de alguns edifícios residenciais tipo bungalow, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico.” (SOUSA, 2003, p. 1).

A fim de promover uma melhor estética e plasticidade das ruas, prédios e logradouros, o prefeito afirmava ser umas das suas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituiriam os casebres sem a estética desejável e idealizada para uma cidade em processo de mudança, pelo menos na principal artéria da cidade. No caso, a Rua Maciel Pinheiro.

Nesse sentido, o primeiro a ser literalmente “tombado” em Campina Grande foi o prédio onde residia Demóstenes Barbosa, famoso comerciante de couro pele e algodão que se encontrava na Rua Getulio Vargas, onde atualmente está os Correio e Telégrafos. O prédio onde funcionava na época os correios e telégrafos (abaixo) foi, entre tantos outros, motivo de discórdia visto que muitos pediam a derrubada do mesmo, alegando que há muito tempo este “afeiava” a atual praça da bandeira. Dessa maneira, derrubando o antigo, pretendiam se livrar das marcas de um passado que se julgava tradicional a fim de se inserir no mundo da modernidade arquitetônica. Abaixo, a fotografia dos prédios dos correios que, na época representava atraso.

Imagem Nº 2: Prédio dos correios e telégrafos, inaugurado em 1933, demolido para a construção da Praça da Bandeira



Fonte: www.vitrivius.com.br

Na imagem abaixo, percebemos a casa do comerciante Demóstenes Barbosa sendo demolida para a construção do novo prédio dos Correios.

Imagem N° 3: Casa de Demóstenes Barbosa sendo demolida



Fonte: www.cgretalhos.com.br

Na arquitetura do novo prédio dos correios, notamos as características buscadas por essa modernidade, que visava à construção de prédios de mais de dois andares, em estilo art-déco a fim de comparar-se as grande metrópoles nacionais.

Imagem N° 4: Novo prédio dos correios construído durante a urbanização



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Além de Demóstenes Barbosa, outros importantes filhos de Campina Grande foram abalados pelo processo de urbanização, segundo fala do próprio prefeito, que em muitos casos resultou em conflitos.

Houve muitos conflitos, que terminavam sempre resolvidos satisfatoriamente como, por exemplo, as desapropriações dos prédios de Chico Maria, Demóstenes Barbosa, Padre Borges, Abílio Albuquerque e muitas outras. Entretanto, a desapropriação da casa de Pedro do Egito, foi a única que levei a juízo, em virtude da sua obstinação em não querer entrar em acordo. Apesar disto, logo que foi pagar a desapropriação em juízo, houve um incidente, porque não esperando, pelo recurso do tribunal, que o mesmo tinha direito, mandei derrubar na calada da noite o referido prédio.(SOUSA, 2003,p.1)

Apesar de não terem grande construções à serem destruídas, a população pobre da cidade de Campina Grande também se viu abalada pelo processo de urbanização. Ao ocuparem os becos e travessas, esses estavam sujeitos à adquirirem doenças, além de denegrirem a imagem moderna da cidade. Por isso havia o apelo para que estes fossem excluídos das áreas centrais, afastando-os do novo, do belo, pois os mesmos encontravam-se fora dos padrões exigidos pela modernidade. Afirmava-se na época que o lugar dos pobres e dos trabalhadores era o subúrbio. Acerca do fato, Sousa afirma que,

(...) junto com essas conquistas burguesas modernas, pobres e ricos, que moravam em habitações consideradas insalubres ou antiestética, foram deslocadas para áreas, bairros ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios. Nos novos lugares reorganizados com esse processo de desterritorialidade, constituíram-se hierarquias e segregação sociais e espaciais de novo tipo e, em alguns casos, mais marcantes do que as conhecidas de então. (*op.cit*)

Tais modificações não foram, contudo, aceitas de maneira pacífica pelas famílias afetadas pela necessidade de modernização. Mais do que perder seus bens, aquela modernidade significava também a perda do seu lugar, do seu espaço dos seus costumes, afinal, tudo aquilo que simbolizava o antigo, o retrógrado, estava sendo dizimado da cidade a fim de se esquecer o passado de atraso da mesma. Praças, paços municipais, monumentos e com eles costumes, referências de memórias, espaços, foram destruídos em favor do progresso.

Essa necessidade da dizimação do antigo para que se pudesse estabelecer a nova face da cidade, pode ser entendido se analisarmos os próprios conceitos do que seria, “tradição” e “modernidade”. Segundo o filósofo Gerd Bornheim, em *O Conceito de Tradição*, a palavra tradição “vem do latim: traditio. O verbo é tradire, e significa precipuamente entregar, designa

o ato de passar algo para outra pessoa, ou passar de uma geração a outra geração.” (BORNHEIM, 1987, p. 18). Em contrapartida, Gumbrecht, analisa o processo histórico sofrido pela palavra modernidade identificando três significados básicos que o termo “moderno” assumiu durante sua história:

o primeiro significado é simplesmente “presente”, em oposição a “anterior” ou “prévio”, e foi usado dentro de tradições institucionalizadas onde tendências se sucedem temporalmente.

o segundo significado é de “novo” e oposição a “velho”: nesse caso já se tem o embrião de uma consciência epocal onde moderno define um espaço de experiência presente que se quer distinto do passado. Esse uso geralmente está ligado a um esquema temporal mais ou menos explícito de hierarquização das eras, ou seja, é fortemente valorativo.

Por fim temos o significado de “período transitório”, em oposição ao eterno. Nessa versão, moderno designa um presente que é experimentado como fluxo temporal contínuo e veloz que, como tal, só pode ser oposto ao eterno, qual inamovível. (GUMBRECHET apud FERES JUNIOR, sd, p. 31).

Nesse sentido, podemos perceber a histórica heterogeneidade existente entre tradição e modernidade, tendo em vista que a tradição consiste na transmissão de valores, de costumes de hábitos de uma época para outra, do velho para o novo, o que, todavia se constitui contrária a idéia de rupturas característica do novo, do moderno. A sociedade Campinense sofrendo diretamente os efeitos da modernidade, viram no inconformismo a única maneira de intervir contra a destruição de seus bens culturais e materiais.

As resistências á tais transformações efetivaram-se e partiram das mais variadas camadas da sociedade. Membros da elite, comerciantes e até mesmo as mulheres protestavam contrários á esta mudança, que os invadia e obrigava-os a ela habituar-se. Em nível de exemplo, podemos citar o episódio narrado pelo prefeito acerca da desapropriação de uma barbearia

(...) De outra feita, na Rua Cardoso Vieira, um barbeiro também obstinado opôs resistência a um prédio também já pago pela Prefeitura. Na hora da demolição mandou que um cliente sentasse na cadeira para fazer a barba. Quando este cliente viu os pedaços de telha caindo ao seu redor, saiu em disparada, sendo vaiado pelo povo que sempre prestigiava esses atos. (SOUSA, 2003, p.1)

A classe mais abastada também se resignou diante de tais mudanças reagindo, à sua maneira, às transformações que vieram afetar não apenas seus bens, mas também a si mesmos. Em análise a obra de Souza, percebemos falas de Vergniaud Wanderley que demonstram inimizades geradas graças á sua investida de modernização, como é caso do

banqueiro Pedro do Egito, ao dirigir-se anos depois ao prefeito acerca da sua candidatura ao senado. Conforme Souza,

(...) Suas atitudes por vezes radicais lhe trouxeram muitas inimizades pessoais e oposição política. Uma dessa se tornou célebre. O bancário Pedro do Egito, alto funcionário do Banco Auxiliar do Povo e “vítima” de uma desapropriação de Vergniaud, encontrou-se com este quando de sua candidatura ao Senado [primeira eleição pós-Estado Novo] e perguntou:

- Dr. Vergniaud, é verdade mesmo que o senhor é candidato ao Senado?

- Perfeitamente.

- E vai sair de Campina e ficar longe daqui por muitos anos?

Responde Vergniaud:

- Claro, vou morar no Rio.

Retoma Pedro do Egito:

- Pois pode contar com o meu voto, da minha família e meu trabalho pela sua vitória...(SOUZA, 2003, p.1)

Percebemos então, nessa fala o claro interesse do banqueiro em ver longe da cidade aquele que na calada da noite havia derrubado sua casa, forçando-o a aceitar seu projeto de modernização.

Nesse sentido podemos perceber a metamorfose ocasionada em Campina Grande, graças ao processo de modernização idealizado por seus representantes, que vai além da simples estetização da mesma. Nesse sentido questionamo-nos: Até que ponto tal transformação foi benéfica? O que foi destruído e esquecido graças a tal projeto? Os costumes desses povos relegados do centro da cidade forma alterados?

Tais mudanças além de mudar a cara de Campina Grande, sem sombra de dúvidas afetou de maneira considerável o patrimônio histórico e cultural da mesma. Entre prédios derrubados, ruas abertas, negócios fechados, em fim, do passado destruído, muito da história de Campina Grande, materializada através do patrimônio, terminou sendo esquecida e sobreposta. Resultado de um progresso, que faz apenas um tipo de leitura da cidade. A leitura sob o olhar da modernidade, deixando de lado o aspecto social e humanista.

2.2- Entre construções e desconstruções: a degradação do patrimônio histórico de Campina Grande.

Ao longo da história de Campina Grande muitos foram os fatores que levaram à destruição de seu patrimônio histórico e cultural. Surgida no século XVIII, à pequena vila que antes era Campina grande, era local de encontros de muitos viajantes, e tropeiros que devido o fato da mesma encontrar-se em local estratégico, fizeram desta, ponto de encontro e escoamento de mercadorias. Nesse sentido, a importância dos tropeiros para a história social e econômica da antiga Vila Nova da rainha foi tão impressionante que não há como dissociar a dinâmica cidade com a presença dos antigos agentes econômicos que vinham do brejo, do agreste, do Curimataú, do sertão, etc., bem como de Estados vizinhos, como o Rio Grande do Norte e o Ceará, carregados com seus fardos de pele e de algodão, em direção a Goiana e Olinda, no Estado de Pernambuco, importantes empórios comerciais no século XIX.

A importância dos tropeiros para a evolução de Campina Grande deve-se pelo fato que, a mesma começou a evoluir quando foi observado que boa parte da produção transportada pelos velhos tropeiros poderia ficar em solo paraibano. O investimento em máquina de beneficiar algodão foi de importância basilar para o desenvolvimento local, pois isto permitiu que a cidade se transformasse em grande exportadora do “ouro branco”, o que significou um dos momentos cruciais do “boom” econômico da “Rainha da Borborema”. Graças ao mesmo, em meados do século XX, a pequena vila do interior paraibano, já era considerada a Liverpool Brasileira.

O crescimento acelerado e a exacerbada busca pela modernidade que o desenvolvimento econômico exigiu, foi o primeiro fator que contribuiu para a alteração do patrimônio da cidade, tendo em vista que o projeto de modernização trouxe abaixo toda e qualquer construção que simbolizasse um passado colonial e retrógrado que, diante da situação atual de Campina, deveria ser esquecido. Nesse sentido, construções e desconstruções foram efetivadas visando o embelezamento e modernização da mesma.

A primeira “grande construção”, iniciada pelo prefeito da cidade Vergniaud Wanderley, foi o luxuoso e indispensável, segundo o mesmo, Grande Hotel. Essa empreitada, estrategicamente localizada, pretendia marcar profundamente a todos. O Grande hotel seria um símile de aranha-céu de quatro andares, localizado no cruzamento das duas mais tradicionais e centrais ruas da cidade, a Maciel Pinheiro e a Matriz (atualmente Floriano Peixoto). Naquela época era típico das importantes cidades tais construções e Campina

Grande, aspirante á tal posto, não podia com tudo ficar de fora. Assim inicia-se a obra do sinuoso Grande Hotel, conforme fotografia abaixo:

Imagem N° 5: Construção do Grande Hotel na década de 1940



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Segundo Souza, em qualquer capital ou grande cidade brasileira, a construção de um grande hotel era considerada um atestado de progresso para o lugar, o que lhe dava um forte sentido simbólico, funcionando o mesmo como um cartão de visitas e portão de entrada principal de uma cidade moderna, progressista e civilizada. Nesse sentido, para o prefeito e seus assessores tratava-se de um serviço de grande vulto, como podemos observar na justificativa dada para na obra encontradas em relatório dirigido á câmara dos vereadores:

(...) Da importância dessa obra, não há mister aduzir argumento, visto ser tão presente a necessidade de um grande hotel nesta cidade, que não paga pena esforço mental para esclarecer o assunto. Vem da grandeza crescente da cidade a idéia de o poder público proporcionar meios para se franquear o ingresso a visitantes ilustres, industriais, altos representantes do comércio e outras personagens gradas, que desejarem estacionar, por algum tempo, em Campina Grande. Sem um bom e confortável hotel, não é possível ter tal gente estranha entre os campinenses que aspiram o contato com pessoas representativas da alta indústria e comércio do país e do estrangeiro, todos esses curiosos de verificar as possibilidades econômico-financeiras de nossa progressiva cidade. Elevados fins nos impulsionaram, abalando-nos a tão ousado quão necessário cometimento, que se não realizada sem sacrifícios, golpes de vontade, tudo inspirado no alto posto em que está colocada a situação do progresso de Campina Grande. (SOUSA, 2003, p.4)

Nesse sentido observamos a intenção de progresso e a ansiedade em gerar interesses e investimentos estrangeiros, de onde viria a entrada de capital. Abaixo a fotografia do glorioso Grande hotel, já construído.

Imagem Nº 6: Fachada do grande hotel após a construção na década de 1940



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

As ruas que davam para o grande hotel, também estavam nos planos de modernização do prefeito, que visava abrir vias e promover o alinhamento da cidade buscando embelezar e modernizar a cidade, que graças á seus prédios, vielas e becos ainda apresentava ares provincianos. Na fotografia abaixo, vemos a Rua Maciel Pinheiro, no início da década de 30, sendo possível perceber a simplicidade nas construções de um pavimento que vieram, posteriormente, a serem consideradas antigas e por isso passíveis à destruição.

Imagem Nº 7: Rua Maciel Pinheiro na década de 1920



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Em busca de promover o progresso, o prefeito não se preocupou em colocar abaixo aquilo que estivesse impossibilitando seus interesses. Assim, para abrir vias para o moderno foi necessário que muitos prédios ruíssem e que novos fossem construídos. Para o alinhamento, por exemplo, da Rua Grande, ou Maciel Pinheiro, que se inicia no cruzamento com a Rua Matriz e terminava na Praça Eptácio Pessoa (atual Praça da bandeira), muitos casarões, monumentos, igrejas e até a própria praça foram destruídas ou esquecidas.

O sobrado do ex - prefeito Cristiano Lauritzen, e o local em que se reunia a elite contemporânea para suas festas e teatralização, o Pavilhão Eptácio Pessoa, que se encontravam em frente à praça, por exemplo, apesar de não demolidos, foram escondidos e secundarizados, sendo construído à sua frente construções de dois pavimentos, em estilo déco que mais se adequavam ao espírito de modernidade da época. Abaixo, podemos perceber no centro da imagem o sobrado e o pavilhão, que foram ultrapassados pela construção da Livraria Pedrosa, símbolo e local das elites letradas do período da urbanização.

Imagem N° 8: Praça Eptácio Pessoa, em 1940



Fonte: www.cgretalhos.com.br

Naquele período, encontravam-se localizados ali importantes construções, como cafés, o cinema Capitólio, a própria Praça da Bandeira e muitos outros que foram exigentemente destruídos ou “modernizados”.

Outros monumentos que sofreram claro abalo patrimonial na investida de abertura das ruas Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto foram as igrejas. Naquele período, havia na extensão daquela rua duas igrejas: a Matriz, com seu simbólico largo, e a igreja do Rosário conhecido

como a Igreja dos Negros. Souza afirma que o prefeito, “decidiu interferir na lógica da organização dos espaços centrais da cidade. Para tanto, atacou três dos seus principais símbolos: o conjunto que formava a Rua Maciel Pinheiro e a Praça Epitácio Pessoa, o Largo da matriz e o do Rosário”. (SOUSA, 2003, p.10).

O largo da matriz era, naquele período um local de sociabilidade por que era nele onde se realizavam as festas da padroeira, natal e ano bom, entre outros festejos nacionais. Era um território com fortes marcas tradicionais e religiosas, que reunia multidões nas mais variadas comemorações. Conforme abaixo representado na fotografia, que datada de 1922 retrata a comemoração do centenário, o largo da matriz era um ponto de encontro entre as mais variadas classes sociais da cidade de Campina Grande.

Imagem N° 9: Largo da igreja matriz no dia 7 de setembro de 1922



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Essa representatividade da igreja para a população era, contudo, considerada pelo prefeito imprópria para a modernidade da época, pois simbolizavam as velhas práticas e alianças políticas locais, que este objetivava destruir tanto prática como simbolicamente. A abertura da Avenida Floriano Peixoto, assim como a construção do Grande hotel em moldes muito mais modernos que o da igreja, veio, portanto, realizar o desejo da quebra da tradição simbólica do largo da igreja matriz.

Segunda maior igreja da cidade, tanto em extensão quanto em representatividade, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, também era considerada retrógrada e por isso um empecilho para a modernidade de Campina Grande. Localizada entre a Praça Epitácio Pessoa e o Cinema Capitólio, para que se pudessem abrir as vias da modernização da cidade era imprescindível a sua demolição. Essa sua localização ajudava muito no intuito de desmoralizá-la já que não eram necessário grandes explicações para fazê-lo, porém a própria rejeição dos mais pobres para o subúrbio explicava tal fato, já que a mesma era geralmente freqüentada por estes, devendo portanto esta também ser transferida. Abaixo, podemos perceber as características colônias na construção da mesma e que naquele período simbolizavam o atraso.

Imagem N°10: Igreja do Rosário de data desconhecida

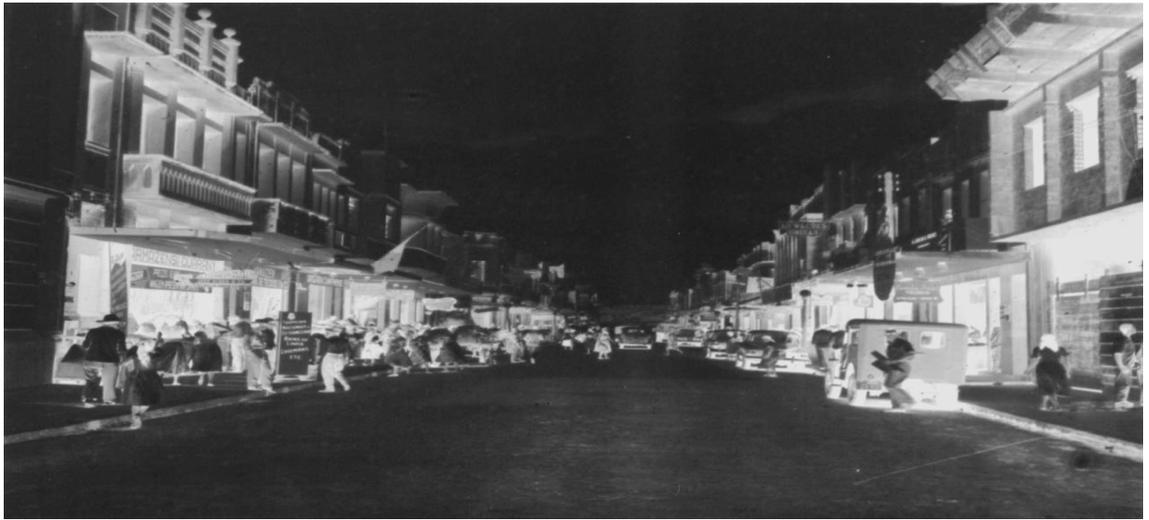


Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Relatos afirmam que ao final da obra de urbanização da cidade, nos trechos onde eram vistos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, territórios de sociabilidades

tradicionais, tinha-se agora uma longa e larga avenida, com duas praças e um cinema, alguns cafés e confeitarias, uma praça de automóveis e diversos edifícios municipais e estaduais que com o passar do tempo, cortaram toda a cidade, nos seu mais variados sentidos. Na imagem abaixo podemos observar a Rua Maciel Pinheiro após a reforma.

Imagem N° 11: Rua Maciel Pinheiro na década de 1950



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Outra grande obra desenvolvida pelo administrador foi a retificação do reservatório da cidade, o Açude Velho, que anos antes havia sido construído onde existia o Riacho das Piabas. Historiadores paraibanos definem a obra como “um plano arrojado de logradouro capaz de honrar qualquer cidade de boa cultura e riqueza” (CARDOSO, 2002, p.43). Nas imagens abaixo, observamos reservatório antes e, seqüencialmente, durante a construção do seu cais circular.

Imagem N°12- Açude velho na década de 1930



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Imagem Nº 13: Açude velho durante a construção do cais circular, ano de 1942



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

As transformações ocorridas na cidade de Campina Grande iam, todavia, muito além de somente transformações em sua estrutura física. Havia toda uma necessidade da subtração do velho, do antigo e da ascensão do novo do moderno, também nas práticas cotidianas dos moradores da cidade. Era necessária adaptar-se uma nova vida compatível à uma cidade no porte de “Rainha da Borborema. Relatando sobre tal fato, Agra afirma que:

Esse processo de construção de uma cidade moderna só poderia se efetivar quando o velho desse lugar ao novo. Assim, casarões coloniais e ruas sem alinhamento foram alguns dos principais alvos. Esse intuito de civilizar, entretanto, não se restringiu apenas à estrutura física das velhas cidades, suas construções e suas ruas, mas fez-se presente também no cotidiano e nos corpos das pessoas, especialmente dos “populares”, pois hábitos e costumes do cotidiano do povo também passaram a ser vistos e ditos negativamente sob a óptica do discurso do progresso. Todos esses elementos velhos, atrasados e coloniais deveriam ser substituídos por elementos modernos que dessem “ar de progresso” à cidade. E as pessoas tinham que se adequar às novas concepções de tempo e espaço que os produtos daqueles discursos gestaram no meio urbano (AGRA, 2007, p.3).

Para se construir então uma cidade moderna, que era o que se esperava, era necessário destruir muito mais que casarões e abrir avenidas, era imperativa a precisão de que houvesse uma metamorfose interna e de modernização também nos hábitos dos moradores da localidade. Essa modificação interna dos moradores da cidade, no entanto, tornou-se o mais difícil tendo em vista a não identificação destes com tais reformas. Segundo Souza, “A cidade

progredia em alguns aspectos, mas a mentalidade e os costumes do povo não acompanhavam, embora alguns letrados locais quisessem fazer crer que o desenvolvimento e progresso atingiam a todos de maneira uniforme”. (SOUZA, 2002, p.3). Tal verdade explica-se pelo fato da população não ter sido consultada e, até mesmo, por não puderem manifestar-se com relação às mesmas.

Nesse sentido, podemos perceber que durante o processo de modernização da cidade não houve o interesse de preservação do patrimônio local tanto no seu caráter material quanto no imaterial, pois à medida que se dispunham a modernizar-se, os moradores da localidade abriam mão de um passado, de costumes que eram seu, mas que deveriam ser relegados aos esquecimento, em prol do progresso da cidade.

2.3- Campina Grande uma cidade moderna que disputa um lugar com o passado: A construção da identidade cultural campinense.

Desde a sua formação no século XVII, até os dias atuais, a cidade de Campina Grande tem passado por grandes transformações nos mais diferentes âmbitos, que a ajudaram a ser percebida não só a nível nacional quanto internacional como uma cidade moderna, desenvolvida e, segundo recente reportagem da revista *Veja*, uma futura metrópole. Entre urbanizações, transformações e discussões é essa a imagem que absorvemos de Campina Grande, a cidade da tecnologia, da modernidade.

Adaptar-se a essa realidade, talvez não tenha sido tão fácil, tendo em vista que a guerra nascida na década de 1930 entre modernidade e atraso, consubstanciada pela urbanização da cidade, obrigou os habitantes da mesma a adaptar-se a um meio, a um cotidiano, que não era seu, porém moderno que por isso deveria ser aceito e vivido.

Observando Campina Grande como tal, podemos então perceber o grande risco existente com relação à preservação do patrimônio histórico e cultural, visto que adaptados a tantas mudanças e tempos como modernos, não haveria necessidade dos cidadãos campinenses prenderem-se ao passado, seja lá ele qual fosse, já que o mesmo representa o atraso. Isso podemos perceber pela fala de Castoriadis, que afirma que “Toda sociedade é uma construção, uma constituição, uma criação de um mundo. A sua própria identidade nada mais é que esse sistema de interpretação, esse mundo que ele cria.” (CASTORIADIS, 1987, P.232). Assim o imaginário da cidade se constitui a partir das instituições, ou seja, como os grupos sociais que dela fazem parte atuaram e construíram suas representações a qual culminará na construção de uma identidade local.

O cotidiano tido como retrogrado, os hábitos que obrigatoriamente foram esquecidos, tudo isso contribuiu para que o cidadão campinense perdesse naquele período um pouco de sua identidade, sendo obrigados a absorverem uma postura moderna, à medida que perdia a si mesmo, trazendo para si a ideia de modernidade da cidade, devendo com tudo este assumir a postura de um sujeito moderno. Costa afirma que:

No caso das cidades modernas, metrópoles de fato ou por atribuições de seus habitantes que a vêem e sentem como tal, a complexidade da vida e suas sucessivas intervenções urbanísticas são agentes de descaracterização e mesmo de degradação da cidade. Ocorre muitas vezes o que se poderia chamar uma “pausterização” ou uniformidade do urbano no pior dos sentidos: a destruição da memória, a substituição do “velho” pelo novo, a uniformização das construções e a generalização do caráter de impessoalidades ao contexto urbano. (COSTA, 2009, p.20)

Então devemos analisar a cidade como fator decisivo na construção da identidade, sabendo que analisá-la não se trata apenas de vizibilizar os monumentos arquitetônicos existentes a exemplos de praças, igrejas, cemitérios, das escolas, mas tentar perceber as minúsculas relações cotidianas, e então perceber o processo de construção do urbanismo o qual vai ser essencial para a construção da identidade.

Nesse sentido, a relação do homem com o meio contribuirá de maneira intrínseca para a construção de sua identidade, visto que a mesma depende da cultura na qual o indivíduo estar inserido para forjar-se. Sobre tal fato Lepre afirma que:

Desde o seu nascimento o homem inicia uma longa e perene interação com o mundo e que está inserido, a partir da qual construirá não só sua identidade, como sua inteligência, suas emoções, seus medos, sua personalidade, etc. (...) A construção da identidade é um desses fatores relacionados ao desenvolvimento que íntima, senão total dependência da cultura e da sociedade onde o indivíduo está inserido (LEPRE, sd, p.1).

Nesse sentido, conhecendo a cultura de modernidade, característica da cidade de Campina Grande, podemos perceber o presente risco à total desvalorização do patrimônio histórico e cultural que tratado com descaso desde o século XX, pode resultar na absoluta degradação do mesmo e desprezo do passado, já constituísse característica própria das sociedades modernas, conforme Hall, “a mudança rápida e constante”, assim como o desapego ao antigo. Sobre tal fato Anthony Giddens argumenta que:

nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas recorrentes. (1990, p.37-38).

Assim o contato com outras culturas, além da “obrigatoriedade” de um novo modo de vida ditado pela modernidade, as transformações de tempo e do espaço, provocam o que o autor chama de “desalojamento do sistema social”, que consiste na “extração” das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação ao longo de escalas definidas de espaço tempo, gerando as descontinuidades.

Além de rupturas externas, a modernização pode levar-nos à perda de nosso próprio eu, à fragmentações de si, conforme fala David Harvey a modernidade implica não apenas, “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente”, mas como “caracterizada

por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações interna no seu próprio interior” (Harvey, 1989, p.12).

Dessa maneira, e diante de transformações internas e externas geradas pela modernidade, percebemos a necessidade de preservação do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande, a fim de posicionar-se não contra ao processo de modernidade, mas contribuir para a valorização e construção da história.

CAPÍTULO III: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE CAMPINA GRANDE: GRANDE: UM PASSADO A SER CONHECIDO E PRESERVADO.

“Só há um meio eficaz de assegurar a defesa do patrimônio de arte e de história do país; é a educação popular.” (Rodrigo Melo Franco de Andrade)

Imagem N° 14: Monumento “Os pioneiros”. Campina Grande -PB



Fonte: www.Paraiba1.com.br

Imagem N° 15: Grupo de cultura nativa Tropeiros da Borborema



Fonte: www.Paraiba1.com.br

3.1 – Entre o patrimônio material e imaterial: Um passado a se preservar.

Durante o longo dos anos, instituir um conceito preciso para o que seria patrimônio histórico e cultural, tem se constituído um desafio para arqueólogos, historiadores e demais estudiosos da área.

Inicialmente considerado ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas, o termo patrimônio tem se constituído de um conceito nômade, á medida que este pode alcançar várias qualificações. Sobre tal fato, Choay afirma ser o patrimônio “hoje requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, entre outros) que fazem dele um conceito nômade.” (CHOAY, 2001, p.11). Dessa maneira tal termo é continuamente utilizado para designar um conjunto de bens, em seu mais amplo conceito, que pertença a uma pessoa, grupo, ou sociedade.

A transmissão de tais bens ás gerações posteriores, confere ao termo patrimônio um sentido de herança, sendo este de total importância para á continuidade de um grupo social. Sobre tal conceito de herança Radcliffe Brown afirma que “é a transferência de status baseada na relação existente entre dois membros de um grupo social, aquele que transmite e o que recebe.” (BROWN apud CHOAY, 2001, p.15).

Partindo de tal pressuposto de patrimônio enquanto herança deixada à posterioridade, podemos analisar de forma mais precisa o denominado “Patrimônio cultural”, que “tem em sua origem a imagem monumento, termo evoluído do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (“ advertir”, “lembrar”), isto é, aquilo que trás a lembrança alguma coisa.”(Choay, 2001 , p.31).

Apesar de não sistematizada dentro da noção de patrimônio, visto que não se percebe o interesse de conservação a fim de relacioná-lo a uma história, pode-se notar interesses por símbolos do passado já nas civilizações clássicas. Choay afirma que,

Entre a morte de Alexandre e a cristianização do Império Romano, o território grego revela á elite culta de seus conquistadores um tesouro de edifícios públicos (templos, stoá, teatros, etc.) (CHOAY, 2001, p.31).

A autora complementa tal verdade dizendo:

não se prende á sua relação com uma história á qual conferissem autenticidade ou permitissem datar, nem á sua antiguidade: dão a conhecer as realizações de uma civilização superior. São modelos, servem para suscitar uma arte de viver e um refinamento que só os gregos tinham. (CHOAY, 2001, p.43)

As condições reais que vieram á propiciar a constituição da noção de monumento histórico, apenas veio á luz após o surgimento do sentido real de história, já no século XIV, mas precisamente a partir do poeta Francisco Petrarca com seu poema épico África, de 1338. Segundo Garin “A leitura purificadora do poeta, que queria ler versos de Virgílio sem barbarismos nem glosas, descobriu e instituiu a distância histórica” (Garin, 1969, p, 87). Porém, em tal momento ainda apresentava-se uma característica arquitetônica e sem proteção sistematizada. Choay pondera:

A conservação dos edifícios (monumentos, grandes equipamentos e outros) tem lugar, necessariamente *in situ*. Ela provoca dificuldades técnicas muito diferentes. Está na dependência do domínio público e político, envolve mecanismos idílicos, econômicos, sociais, psicológicos complexos, que geram conflitos e dificuldades (...). Contra as forças sociais de destruição que os ameaçam, os edifícios antigos têm, como única proteção- aleatória, se não derrisória- a paixão do saber e o amor pela arte. (CHOYA, 2001, p.52).

A sistematização das ações de conservação dos monumentos históricos só se dá após o momento em que o estado assume a proteção dos mesmos. È o que destaca a pesquisadora, afirmando que essa é:

Uma prática característica de Estados modernos, que, por meio de determinados agentes, recrutados entre intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para futuras gerações. (FONSECA 1997, p.11)

Inicialmente apenas com um enfoque documental, apenas em 1837 com a criação da Comissão dos Monumentos Históricos, é que surge realmente uma política concreta, estadual, para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, firmada por preceitos jurídicos e técnicos.

Tal estatização da conservação do patrimônio deu-se inicialmente na França, estando ligada aos desdobramentos da revolução francesa, onde ocorre uma grande destruição do patrimônio nacional do país. Choay (2001, p. 98-105) afirma ser possível “detectar, em tal período, na França, duas medidas de proteção do patrimônio nacional. A primeira trata-se de uma medida “primária ou preventiva”, tomada dentro dos atos jurídicos da Assembléia Constituinte revolucionária, em 1789, que visava proteger os bens espoliados do clero, que se transformam em antiguidades nacionais, agora á disposição da nação. È ai que nasce a idéia de tombamento histórico e a noção de patrimônio propriamente dita que transcende as

barreiras do tempo e do gosto, acompanhada das palavras chave herança, sucessão e conservação (...). A segunda medida, chamada por Choay de “secundária ou reacional”, convêm a uma política de conservação, visando à prevenção ao vandalismo.” Com isso cria-se a Comissão dos monumentos históricos, em 1837. Referindo-se á tal momento, a pesquisadora Kuhl, afirma:

No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu á revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero. Os edifícios medievais foram as principais vítimas, mas, em realidade, o desprezo por eles e as intervenções mutiladoras haviam sido uma constante, mesmo anteriormente, sendo comum sua utilização como fonte de materiais de construção. Porém, a reação ao “vandalismo” revolucionário, que ameaça expurgar de solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes providencias oficiais tomadas por um estado visando à tutela de monumentos históricos, levando á criação de legislação sobre o assunto (KUHL, 2007, p.110)

Iniciada institucionalmente durante o período da Revolução Francesa, no século XVIII, tendo a finalidade de promover a afirmação do Estado Francês como instância suprema, a noção de patrimônio criada em tal época, cristalizava-se no que se refere às categorias artísticas e históricas do mesmo que, utilizar-se-ia para a construção de uma representação nacional. Segundo o autor:

pela primeira vez, as antiguidades foram consideradas como um bem coletivo de interesse de uma nação, e passaram a ser objeto de políticas públicas – oficiais e centralizadas. Para diferenciar as antiguidades nacionais das obras da Antiguidade Clássica, foi-lhes atribuída a designação de monumentos nacionais.(CHOAY, 2001, p.5)

É a partir desse contexto revolucionário que a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da Igreja Católica tornando-se objeto da inquietação de um governo, embora também de maneira contraditória, tendo em vista que os mesmos comitês revolucionários que procuravam preservar autorizavam as destruições realizadas por revolucionários iconoclastas. A percepção do passado como herança coletiva “dava validade ao presente e o exaltava (...) e intensificou o interesse por salvar relíquias e restaurar monumentos como emblema da identidade, da continuidade e das aspirações comunitárias” (CHOAY apud MEIRA, 1992).

As ações de salvaguarda do patrimônio baseiam-se em duas diferentes ações. São elas: as ações de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido preservar seria tudo que seja desenvolvido com o objetivo de beneficiar a conservação dos

bens patrimoniais, enquanto que conservar trata-se das ações efetivas e manuais realizadas na tentativa de estatizar o processo de degradação do bem cultural. Segundo Medeiros:

A Preservação engloba, de maneira mais ampla, todas as ações que beneficiam a manutenção do bem cultural. Se tomarmos como exemplo uma imagem barroca, podemos considerar ações de preservação até mesmo as leis criadas para garantir a integridade do patrimônio, os mecanismos para viabilizar a realização de projetos de restauração, o cuidado com o meio ambiente que circunda o local ou ações como o desvio do trânsito para evitar a trepidação do prédio onde a obra se encontra. Enfim, todas as ações que colaboram para garantir a integridade do bem que se deseja preservar.

A ação de Conservação, embora possa realizar-se diretamente na matéria do objeto, não se limita a ela. A conservação visa interromper os processos de deterioração, conferindo estabilidade à obra. Para esse fim, atua sobre os aspectos que cercam e influenciam a conservação do objeto, controlando os agentes que podem provocar a deterioração do bem cultural,(...) Ao atuar diretamente na obra, enfocará a estabilidade da peça a ser conservada, buscando resolver seus problemas estruturais e recuperando sua integridade. (MEDEIROS, 2005, p.1)

Partindo desse pressuposto, é implantada na França uma estrutura de preservação estatal e centralizada que caracterizou a gestão do patrimônio na França e inspirou muitos países posteriormente, inclusive o Brasil.

Essa estrutura estatal de preservação do patrimônio pautava-se sobre Políticas Públicas, que além de responsabilizarem-se pela elevação de alguns bens a categoria de patrimônio, conferiam ao Estado o dever de preservação dos mesmos, sendo contanto este o detentor do monopólio da nomeação oficial, da boa classificação, da boa ordem. O próprio conceito de políticas públicas citado por Santanna mostra o caráter estatal promovido pelas mesmas. Segundo a autora:

as políticas públicas são um conjunto de ações que visam determinados objetivos, e podem se desenvolver tanto no plano da sua implementação efetiva quanto no nível do discurso através de sua simples formulação. Isto significa que, nestes casos, o plano das intenções é importante, pois ele tem muito a revelar sobre o pensamento corrente a respeito de um determinado campo de interesse da sociedade. As políticas públicas também são perceptíveis e ou codificadas por meio de um conjunto de leis, decretos e outros documentos que regulam a ação do estado. Embora as políticas e as ações estatais nem sempre estejam completamente previstas ou regulamentadas em lei, esta é sempre o limite máximo, a instância que prevê os parâmetros gerais dentro dos quais deve se der a decisão ou a tomada de decisão. (SANTANNA, 1995, p.37)

Assim, partindo da noção de participação como sendo a parte da gestão que se realiza com os atores sociais diretamente envolvidos no processo, pode-se afirmar que as Políticas Públicas possuem um caráter que se contrapõe a efetiva participação dos cidadãos,

principalmente no que se refere ao processo de preservação do patrimônio francês, no período acima citado.

Séculos depois, mas precisamente na década de 1930, iniciam-se no Brasil, as primeiras manifestações de “preocupação”, com relação ao patrimônio nacional que, espelhando no modelo francês, visava a formação de uma identidade nacional, extremamente oportuna, tendo em vista o contexto de Ditadura Militar, no qual o país se encontrava. A fim de promover e facilitar a criação de tal identidade, forçando a manutenção da ordem política e social atual, confere-se única e exclusivamente ao estado o direito de selecionar e classificar o patrimônio nacional, através das políticas oficiais. Para tanto, seguindo o modelo europeu, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, no ano de 1937, fundamentando-se na lei nº 378 de 13 de Janeiro daquele ano, tinha como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Visando “Organizar a proteção do patrimônio Histórico e artístico nacional”, o SPHAN, instituía quatro categorias passíveis de tombamento e preservação nacional, conforme observamos abaixo:

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 1998).

Notoriamente fechada e estratégica, tal divisão categorial do patrimônio nacional, assim como a própria atribuição da responsabilidade de preservação ao estado, promovia a exclusão da sociedade no que se refere ao processo seleção e classificação do mesmo, que até então era visto como mero símbolo de nacionalidade. Através do próprio conceito de patrimônio por este considerado, podemos perceber essa verdade. Assim, segundo o SPHAN, o patrimônio brasileiro conceituar-se-ia em,

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil,

quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1998)

Tal conceituação que norteou durante muitos anos, em diversos estados da federação, priorizou o patrimônio edificado e arquitetônico – o chamado de pedra e cal – desprivilegiando outros bens culturais significativos, que por não simbolizarem um fato histórico notável não foram considerados passíveis à preservação e, por isso, relegados ao esquecimento.

A partir do golpe de 1964, são proclamados diversos instrumentos que tinham como objetivo a disciplina e organização, a fabricação e a classificação dos bens culturais no Brasil, que concretizavam o “pensamento autoritário do estímulo controlado da cultura”. São criados, dentre outros, o Conselho Federal de Cultura¹, a FUNARTE e o Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC. Segundo Ortiz, o movimento cultural após 1964 pode ser categorizado em dois momentos “que não são na verdade contraditórios; por um lado ele é um período da história onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais, por outro ele se define por uma repressão ideológica e política intensa” (ORTIZ, 1994, p.89).

Partindo desse momento histórico, ocorreram transformações importantes nas políticas públicas em nível federal. Segundo Vera Milet, no campo da preservação, houve a “recorrência ao nacionalismo e a integração definitiva dos bens culturais à lógica da mercadoria” (MILET apud SANTANNA, 1995 p.186). E, devido às novas diretrizes e parâmetros oferecidos pelas normas internacionais, no ano de 1970, estende-se as ações de salvaguarda do patrimônio, sendo agora estas assumidas pelos estados e municípios as políticas de preservação que até agora eram exclusivas do Governo Federal.

Podemos então notar, que mais uma vez, o poder de seleção e preservação do patrimônio nacional é atribuído ao Estado, excluindo-se com isso a participação da sociedade civil, do processo de conservação do mesmo.

Essa realidade que vigorou durante anos, no Brasil, resultando no não reconhecimento da sociedade brasileira no patrimônio nacional, justifica a conseguinte notória degradação da memória histórica pelos seus próprios atores. Fernandes, tratando sobre fato, conclui que

Isso explica, em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico por parte da própria população. Ela não se vê nos ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, não se identifica com um passado remoto e com uma memória que não lhe diz respeito. Em outras palavras: Ela não se sente co-responsável pela preservação de seus bens culturais, na medida que ela mesma não foi consultada acerca do que deve ser preservado ou não (FERNANDES, 2002,p.138).

Tendo em vista essa realidade, e sabendo da significativa importância do patrimônio histórico e cultural para o conhecimento da história, assim como para o reconhecimento do indivíduo enquanto membro de um determinado grupo ou sociedade, sabemos que um dos grandes desafios da humanidade tem sido a preservação dos mesmos, visto que a cada dia tem aumentando o número de “vandalismos” (pichações, roubos, etc.) no que diz respeito a tais obras. Trata-se da destruição da história da sociedade pela própria sociedade.

Ainda tratando sobre tal fato Fernandes, argumenta sobre tal realidade, dizendo que “a ação preservacionista recaía tão-somente sobre bem materiais de notável valor arquitetônico, que pretendia evocar um determinado fato histórico também notável para a história do país e por isso digno de preservação.” (FERNANDES, 2002, p.138). Assim, tomando as palavras da historiadora Déa Fenellon:

Vencia outra vez a perspectiva de consagrar os símbolos do poder constituído. Desprovida assim de memória coletiva que lhe permitisse a consciência histórica (...) a maioria da população continuou sem se reconhecer nestes símbolos. Com isso foi expropriada também de sua memória e da sua história. (FENELLON 1993, p.138)

Devido tal fato, a preocupação com a preservação da memória histórica e, por extensão, do patrimônio cultural é fenômeno que vem se caracterizando nos últimos tempos. Essa ansiedade em se promover uma preservação do patrimônio não estatizada, pode ser inicialmente pensada a partir da substituição do termo patrimônio histórico e artístico nacional, característico do período ditatorial, para um conceito mais aberto denominado patrimônio cultural, que resultando dos avanços teóricos metodológicos das Ciências Sociais, abriu as portas para que outros valores culturais que não se enquadrem na terminologia antiga passem a ser considerados patrimônio brasileiros. Tendo em vista a ampliação do conceito de patrimônio no qual está inserido a cultura não podemos deixar de fazer a interação entre os mesmos.

Considerado um tema de sentido ambíguo, o conceito de cultura têm sido com o passar dos tempos, revisto e ampliado pelos estudiosos, a medida que a mesma acompanha as mudanças sociais. Kluckhohn, afirma que “a partir da década de 1950, relacionou-se mais de cento e cinquenta sentidos para a palavra “cultura” e na década de 1960, Abraham Moles reuniu mais de duzentos.” (KLUCKHOHN, 1984, p.59-78). O autor ainda afirma que a cultura possui papel central no processo de tomada de consciência pelo conjunto da

sociedade, dos valores distintos, inigualáveis e próprios e no processo de construção de uma verdadeira cidadania para todos, superando as profundas desigualdades regionais e locais, as discriminações, o preconceito e a fome. Nesse sentido, deve-se buscar a inclusão social, na cultura e pela cultura, “incluir na cultura”, de modo que todos tenham acesso à produção e a fruição dos bens e serviços simbólicos; “incluir pela cultura”, como atividade econômica geradora de emprego e renda.”(KLUNCKHOHN, 1984, p. 78)

Processo eminentemente dinâmico, cultura pode ser definida como as ações por quais os povos transmitem suas formas específicas de ser as demais gerações ao longo dos tempos, sendo criada e recriada cotidianamente. Dessa maneira, pode-se observar que por meio desta aprende-se a conviver, a fazer parte de um grupo, podendo-se entender que cada diferente cultura demonstra a diversidade existente em sua forma de se expressar, devendo por isso ser respeitada, e não considerada superior a qualquer outra cultural.

Dentro desse pressuposto, podemos analisar a noção do que poderia denominar-se patrimônio cultural, que se constitui basicamente do meio ambiente do homem, do conjunto de conhecimentos acumulados e do conjunto de bens culturais, tratando-se de tudo aquilo que o homem produziu com o intuito de suprir as suas necessidades vitais e de seu desenvolvimento.

Dessa maneira, patrimônio cultural constitui-se daquilo que nós é deixado como legado pelas gerações passadas, e que de alguma maneira influência ou está presente em nosso cotidiano de maneira tão intrínseca, que é transmitida de geração à geração. Portanto, cultura é, “fonte insubstituível de vida e inspirações, ponto de referencia, identidade.” Desse modo, patrimônio cultural pode ser entendido como

composto por monumentos, grupos de edifícios e sítios que tenham valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. O patrimônio natural são as formações físicas, biológicas ou geológicas consideradas excepcionais, habitats de espécies animais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético. (UNESCO, 2004)

Tendo em vista que o conceito de cultura não se configura apenas por um único viés conceitual, estamos tomando-o no seu sentido ampliado, considerando-o como algo que nos pode ser transmitido por passadas gerações, como algo mais que simples artefatos ou objetos, podendo e devendo, ser assim considerada tudo aquilo que é nos pode ser transmitido ou adquirido, como festas, procedimentos, rituais, entre outros. Segundo Santos, “tudo que tem valor significativo, que é susceptível de ser adquirido e transmitido, forma o conjunto de

bens culturais que devem ser preservados por representarem referências importantes para a coletividade.” (2001, p.20)

Seguindo tal realidade e considerando a moderna conceituação de patrimônio, a atual constituição brasileira, adota em seu artigo 216, Seção II – DA CULTURA, o julgamento do que seria patrimônio cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens naturais material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar e fazer;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(BRASIL, 1998)

Assim, podemos pensar patrimônio pautando-nos nas considerações de Fernandes, que analisando a abertura no conceito de patrimônio, afirma que

Por sua vez, o conceito de patrimônio histórico não está mais restrito ao dito “patrimônio edificado – a chamada dimensão “pedra e cal” -, constituído de bens imóveis, representados pelos edifícios e monumentos. Ao falarmos m patrimônio histórico entenda-se não apenas o patrimônio arquitetônico, mas também o patrimônio documental e arquivístico, bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, oral, visual, museológico, enfim o conjunto de bens que atestam a História de uma dada sociedade. (FERNANDES, 1993, p.266).

3.2- Educação patrimonial como instrumento em favor da cidadania e uma tática contra o esquecimento.

A Constituição Federal do Brasil em seu artigo 216 § 1º de 2003, afirma que “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros vigilância, tombamento e desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação”. A partir da implementação da tal emenda constituição é conferido ao cidadão brasileiro a responsabilidade de juntamente com o poder público promover a preservação do patrimônio histórico nacional, assim como através da Cidadania Cultural, a participação ativa no processo de acautelamento dos chamados patrimônios.

Parte ativa do processo histórico brasileiro, a partir da abertura no conceito de patrimônio, a sociedade brasileira passa a conscientizar-se da necessidade de participação ativa da mesma no processo de seleção e preservação do patrimônio nacional, à medida que a salvaguarda do patrimônio histórico, é vista hoje prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal interessa a todos por se constituir um direito fundamental do cidadão e apoio para a construção da identidade cultural. Assim, o acautelamento do patrimônio brasileiro deixa de ser um privilégio do estado, passando este agora a ser considerado um exercício de cidadania.

Aqui, podemos pensar cidadania como algo além de simples acesso a direito e deveres, como mera relação legal que se estabelece entre o indivíduo e o país de sua nacionalidade, servindo, portanto para identificar aquele que está em plena posse de seus direitos políticos, cumprindo seus deveres de cidadão, conforme defendido pela Teoria do Direito. Devemos contanto pensar a Cidadania conforme defendido por T. H. Marshall, que a caracteriza como sendo “formada pelo conjunto de direitos civis, direitos políticos e direitos sociais que corresponderia cada um desses conjuntos de direitos à Cidadania Civil, Cidadania Política e Cidadania Social, respectivamente.” (MARSHAL apud FERNANDES, 1993, p.270).

Assim ser cidadão seria muito mais do que ter apenas o direito de votar e ser votado, mas sim trata da participação democrática do cidadão nas mais diversas instancias do social e na defesa e garantia de seus direitos fundamentais. Para Fernandes,

Devemos, portanto, tomar o significativo cidadão em sua dimensão dialética, para identificarmos o sujeito histórico, aquele ser responsável pela História que o envolve. Sujeito ativo na cena política, sujeito reivindicante ou provocador da

mutação, da transformação do social. Homem envolto nas relações de força que comandam a historicidade e a natureza política.(FERNANDES, 1993, p. 271)

Assim ser cidadão significa ser um sujeito incômodo, possibilitador da floração de novos direitos.

No que tange ao patrimônio o exercício da cidadania, fundamenta-se no artigo 215 da constituição federal, que promulga que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1998). Esta lei fomenta a denominada Cidadania Cultural, que se referindo aos direitos culturais da sociedade, pertence à categoria, por Marshall designada, de Cidadania Social, que trata dos direitos culturais da mesma. Esses direitos respaldam-se nos direitos que cada cidadão brasileiro tem em relação à cultura da sociedade da qual faz parte que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica.

Para Fernandes, uma verdadeira Cidadania Cultural, englobando os direitos acima citados, parte dos respectivos pressupostos:

O direito da produção cultural parte do pressuposto de que todos os homens produzem cultura. Todos somos, direta ou indiretamente, produtores de cultura. É o direito que todo cidadão tem de exprimir sua criatividade ao produzir cultura.
O direito de acesso à cultura pressupõe a garantia de que além de produzir cultura, todo indivíduo deve ter acesso aos bens culturais produzidos por essa mesma sociedade.
E, finalmente, o direito a memória histórica como parte dessa concepção de Cidadania Cultural, segundo o qual todos os homens têm o direito de ter acesso aos bens materiais que representam o seu passado e sua tradição. (FERNANDES, 1993, p.271)

Levando em consideração tais fatos, podemos pensar a importância da preservação do patrimônio cultural, devido ao fato de que este se trata não apenas de simples representação do passado, mas sim se apresenta descortinado à nossa frente como nossa identidade, tanto quanto possibilita a continuidade dos grupos sociais.

Dessa maneira devemos valorizá-lo por tratar-se de uma ligação direta entre presente e passado, que “nos provém de marcos de referência para que reconheçamos a nós mesmos. Portanto se faz necessário uma maior conscientização das gerações presentes à respeito da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural, visto a importância de revermos o passado como algo vivo em nosso cotidiano a medida que adquirimos e recriamos rituais e práticas comuns às gerações passadas. Assim, pensando o passado como algo de relevante importância para o presente, garantimos a perpetuação de tal cultura á

posterioridade, a fim de dá continuidade não só á um grupo, mas de contribuir para o bom andamento e conhecimento da história.

Assim, considerando o conceito atribuído a cidadão, que o define como sendo um indivíduo ativo e participante no processo histórico da sociedade, assim como respaldando-nos nas conquistas feitas ao longo dos anos no que se refere à participação cidadã no processo de seleção e classificação do patrimônio nacional, tanto quanto sabendo da importância da memória e do patrimônio para a formação identitária da sociedade brasileira, se faz necessária uma maior valorização e preocupação por parte da sociedade no que se refere à preservação da memória nacional, tendo em vista que à medida que a mesma deixa de ser apenas um dever estatal estendendo-se agora a um dever do cidadão torna-se indispensável um maior conhecimento por parte da sociedade das histórias e das memórias intrínsecas nos monumentos culturais, para que assim através do conhecimento aconteça o reconhecimento de si mesmo como parte integrante e ativa dessa história, e assim se promova a conscientização não só do direito à memória, mas também do dever de preservação dessa memória, do acautelamento da história nacional.

3.3 - O exercício da cidadania na escola: Cidadania cultural e Educação Patrimonial.

Apesar das mudanças ocorridas no conceito de patrimônio e a abertura para a participação da sociedade nas ações de conservação do patrimônio cultural, à discussão acerca da preservação do patrimônio nacional ainda configura-se como uma das mais complicadas questões a serem resolvidas, tendo em vista a notória e crescente destruição percebida nas grandes e pequenas cidades do país, que diretamente ameaçam a memória não apenas das mesmas, mas também dos personagens da história local, principalmente dos jovens, que perdem as referências formadoras de sua identidade, tendo em vista que muitos destes se quer conhecem a história da cidade, da comunidade em que vivem.

Levando em consideração essa verdade, e com esta a importância da participação da sociedade na preservação de tais obras, tendo em vista o fato de ser o Brasil considerado um país sem memória se faz necessário a criação e a valorização de toda e qualquer iniciativa voltada para a conscientização à importância da memória e de sua materialização através dos bens consubstanciados no patrimônio histórico, assim como do dever de participação da sociedade na mesma.

Dentre os mecanismos difundidos como meio de conscientização à preservação do patrimônio nacional, destacamos a Educação Patrimonial como sendo um dos mais acessíveis, tendo em vista a própria responsabilidade social da escola e o grande contingencial atingido pelas mesmas, principalmente no que se refere aos jovens que podem ser atualmente considerados os maiores causadores da degradação do patrimônio nacional.

Constitucionalmente, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - o processo educacional brasileiro tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Assim, podemos dizer que escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem.

Desde o século XIX, mas precisamente a partir da promulgação da Constituição de 1823, a educação brasileira pode ser percebida como método de enquadramento ao exercício da cidadania. Naquele período a questão da defesa da ampliação do acesso à escola referia-se à desigualdade social, a qual se supunha, poderia ser compreendida a partir dos parâmetros de capacidades e talentos individuais. A elite econômica, esta passando a ser destinada a tornar-

se elite cultural, uma vez que a universalização do acesso à educação formal não se efetivou, permanecendo privilégio de uns poucos considerados talentosos e mais capazes em relação aos filhos do povo, destinados à execução de tarefas de menos importância do ponto de vista da vida econômica, política e social. Para tanto, segundo Boto, “tanto os constituintes de 1823 quanto os de 1824 preconizavam a disseminação de escolas, ginásios e universidades, bem como a garantia da gratuidade do ensino público – apesar de omissos no que respeita à matéria obrigatória.” (BOTO, 1999, p.2). A partir daí, a educação brasileira passou a ser considerada uma “Educação para a cidadania”.

Segundo os Parâmetros Curriculares nacionais “A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade atual, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. A escola tem a função de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e socialização de seus alunos”.

Assim, tendo em vista a já citada degradação do patrimônio e sendo atualmente o dever de participação da sociedade na preservação do mesmo uma questão de cidadania, seria também responsabilidade da escola promover a sensibilização neste sentido, por meio da educação patrimonial, partindo do pressuposto de que a educação para a cidadania tem como objetivo principal fazer de cada pessoa um agente de transformação, dessa maneira, tornando o processo de educação patrimonial, naquilo que segundo Durkheim pode ser percebido como educação “uma socialização da jovem geração pela geração adulta”.

Mas afinal, o que seria essa educação patrimonial? Quais os métodos utilizados para desenvolvê-la? Que preparação deveria ter o docente para ministrá-la?

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) A Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático, centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão do Patrimônio, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e usufruir dos bens e valores que o constituem. Sua denominação, Educação Patrimonial, tradução do *Heritage Education* – expressão inglesa surge pela primeira vez no Brasil em meio a importantes discussões da necessidade de se aprofundar o conhecimento e a preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, no ano 1983, onde se iniciam efetivamente as ações de Educação Patrimonial por ocasião do 1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

Neste momento defini-se que o princípio básico da Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Assim sendo, a Educação Patrimonial através de suas formas de mediação, permite a interpretação dos bens culturais, tornando-se um importante instrumento de agenciamento e vivência da cidadania. Por conseguinte, gera a responsabilidade na busca, na valorização e salvaguarda do Patrimônio, fortalecendo o conhecimento individual e coletivo da nação sobre sua cultura, memória e identidade.

Por educação patrimonial, entende-se a utilização de museus, monumentos, arquivos bibliotecas, que se constituem lugares de memória no processo educacional, visando desenvolver a sensibilidade e consciência do educando e futuro cidadão, da importância de preservação desse bem cultural. A importância de sua implementação nos currículos escolar reside em, segundo Lemos:

Falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a educação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países.(...) (LEMOS, 1987, p.84)

Através de ações voltadas à prevenção e compreensão do Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial torna-se um meio de aproximação, informação, relação e conhecimento de crianças, jovens, adultos e idosos, objetivando que os mesmos (re) conheçam, (re) valorizem e se (re) apropriem de todo um legado cultural a eles pertencente, proporcionando aos mesmos uma atitude mais crítica e influente na (re) construção de sua identidade e cidadania. Identidade essa que, cada vez mais, pede por uma atenção peculiar das diversas esferas da nossa sociedade.

Por meio da Educação Patrimonial, o processo de ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e alargado, para muito além da atmosfera escolar onde toda uma sociedade pode estar envolvida. Pode tornar-se um utensílio a mais no processo de educação que coopere com

o despertar de uma consciência crítica e de encargo para com a preservação do patrimônio – em toda sua expressão – e a percepção da afinidade entre esse com sua identidade pessoal e cultural. Assim, ao ativarmos este instrumento de ação, iremos ao encontro do pensamento de Paulo Freire, visando uma “*alfabetização cultural*” que capacite o educando a compreender sua identidade cultural e a se reconhecer, de forma consciente, em seus valores próprios, em sua reminiscência pessoal e coletiva. Ainda segundo Freire,

A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem sempre um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre os seres humanos e o mundo são em si históricas, como históricos são os seres humanos, que não apenas fazem a história deste mútuo fazer mas, conseqüentemente, contam a história deste mútuo fazer (FREIRE,2003, p.81).

Como podemos, pois, acionar tão poderoso instrumento de ação utilizando recursos do meio ao qual estamos interagindo? Ao analisarmos o próprio entorno em que estamos atuando e a cultura local com sua rica diversidade, podemos situar vínculos importantes no procedimento educacional do grupo com o qual manteremos contato (e por conseguinte em nós), pelas chaves que eles mesmos nos apresentam.

A concretização do trabalho de Educação Patrimonial essencialmente envolve várias ciências, num processo inicialmente interdisciplinar, à medida que o conhecimento deve ser trabalhado buscando uma reintegração de aspectos que ficaram isolados uns dos outros pelo tratamento disciplinar, buscando com isso “conseguir uma visão mais ampla e adequada da realidade, que tantas vezes aparece fragmentada pelos meios de que dispomos para conhecê-la e não porque o seja em si mesma” (GARCIA, sd, p.1)), e também transdisciplinar, à medida que cada uma colabora para uma saber comum, o mais completo possível, sem transformá-las em uma única disciplina.

Assim ao repassarmos nossos ofícios, nossos saberes e especialidades estamos nos transformando em elementos geradores/receptores de novas informações e estímulos pelo estabelecimento de uma reciprocidade para com o meio que torna o saber específico, coerente e construtor, recebendo resposta imediata desse meio. A postura que tomamos diante do ambiente em que interagimos transforma-o, propiciando nossa própria transformação. E para tanto, faz-se necessária interagir pela emoção e pela percepção do que o outro possa nos revelar e nos fornecer em conhecimentos e costumes, saberes inatos que nos servirão de material para a comunicação do nosso saber.

Segundo os PCN's, a Educação Patrimonial é inserida no contexto escolar, partindo da necessidade de estímulo para o trabalho com as histórias locais, memórias e identidades, encaixando-se nos objetivos do ensino fundamental de “conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País”. Nestes, busca-se nitidamente valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, “posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais, dessa maneira percebemos o caráter formador de identidades conferida à mesma, tornando-a um saber multicultural e cidadão, transformando a escola em um ambiente de aculturação, na busca de promover homogeneidade social e cultural.

Como resposta à esta podemos esperar que um novo posicionamento social acerca do patrimônio, se dará principalmente por meio do valor que a sociedade a partir daí lhe atribuirá e que conseqüentemente virá a transparecer no seu processo de auto-estima, pois é no diverso que se é possível atingir o todo, mas para que esse todo faça sentido é preciso fortalecer o sentido de sua própria identidade através de suas diferenças.

Portanto, o principal objetivo pretendido a partir da abertura dos debates acerca da Educação Patrimonial, seria o de proporcionar à sociedade brasileira um convite à reflexão quanto à responsabilidade que assumimos enquanto profissionais e cidadãos no processo de fortalecimento e revitalização de nossa cultura; sobre a responsabilidade de nos guiar e a outros indivíduos, no caminho do conhecimento e do profundo comprometimento na criação desse universo sócio-cultural.

Além disso cria-se a possibilidade de entendermos que manusear com o nosso Patrimônio é lidar com o retrato do país refletido na precariedade e dificuldade com que ele se mantém, nos colocando diante da falta de auto-estima e desprezo de uma nação em detrimento de outras culturas invasoras e extratoras, considerando que somos o reflexo de um país totalmente desconhecido por seus habitantes, confuso e em desarmonia com o que possui de genuíno e inovador.

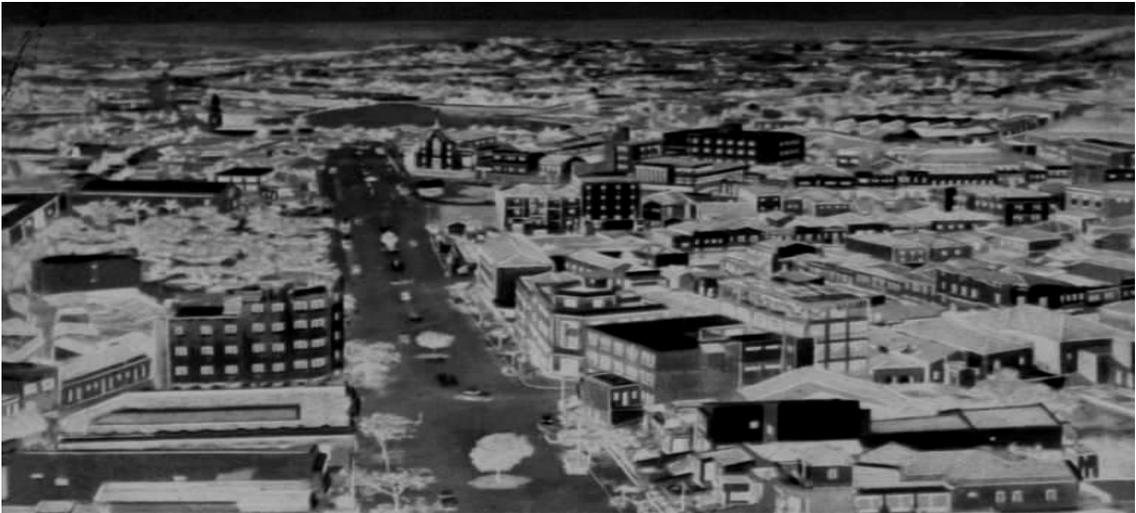
Assim, a educação patrimonial através do “conhecimento”, promoveria o reconhecimento da sociedade no patrimônio cultural brasileiro e com isso levaria-a a exercer sua cidadania no que tange ao mesmo, fazendo, conhecendo, identificando-se e preservando o patrimônio cultural. Somente assim, por meio da sensibilização e do conhecimento, se efetivaria verdadeiramente a apropriação e valorização do patrimônio pela sociedade, tendo em vista que, (...) “não existe desenvolvimento sustentável nem patrimônio comum se a

sociedade não tiver consciencia disso. Dificilmente se consegue *impor* um tombamento ou modelos sustentáveis a uma sociedade que não tem consciencia desses valores”. (CARSALADE, 2002, p.1). Com isso, percebemos o indispensável valor da Educação Patrimonial para o Brasil, um chamado “país sem memória”.

CAPÍTULO IV: ALÔ, ALÔ MINHA CAMPINA GRANDE: QUEM TE VIU E QUEM TE VER.

“Alô, alô minha Campina Grande, quem te viu e quem te ver não te conhece mais...” (Jackson do Pandeiro)

Imagem N° 16: Campina Grande nos anos 1950



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com

Imagem N° 17: Campina Grande na atualidade



Fonte: www.fernandapaiva.com

4.1 - De volta ao passado: a atual guerra entre o antigo e o moderno na cidade de Campina Grande.

Na segunda metade do século XX, o cantor paraibano Jackson do Pandeiro relatava através da música intitulada “Alô, alô Campina Grande” acerca das mudanças ocorridas ao longo dos tempos nas estruturas físicas e culturais da localidade que, aquela altura do campeonato, haviam transformado-a em uma cidade irreconhecível aos seus olhos.

Essa afirmação tão famosa que correu o mundo anos atrás, todavia, não pode ser ainda considerada retrograda, visto que as grandes mudanças ocorridas ao longo dos tempos nos mais variados âmbitos da cidade, tornaram-na tanto um espaço irreconhecível para aqueles que tornam a vê-la, como também contribuíram para que parte de sua história fosse simplesmente desconhecida por meio das gerações atuais.

Dotada de uma história voltada para o progresso, em sua trajetória a cidade mudou abruptamente, indo em busca de uma modernidade que apenas seria consolidada através da superação do antigo. Essa ânsia pela modernização era tão forte em meados do século XX, e tanto do seu patrimônio foi transformado e superado que, muito pouco do passado histórico da cidade foi preservado dando origem a uma cultura de desconhecimento da história e de desvalorização do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Com tais mudanças na cidade, a gestão de Vergniaud Wanderley foi uma divisão de águas na história estrutural da mesma, para muitos ele foi o homem que plantou o progresso e modernizou a metrópole que Campina Grande hoje é. A busca de modernidade, que surge ininterruptamente na cidade durante a administração de Vergniaud, vai ao longo da história sendo inserida caracteristicamente à cidade que, já sendo naquele período, considerada uma cidade moderna, passa a identificar-se com essa modernidade, desvalorizando e desprezando com o passar do tempo tudo aquilo que simboliza-se o antigo.

Devido o legado de modernidade deixado pela empreitada de Vergniaud, apesar de intensas, as modificações e construções edificadas durante o período de urbanização da cidade vão aos poucos sendo consideradas retrogradadas e por isso, atualmente vão sendo cada vez mais destruídas em função dos ideais capitalistas de modernidade, de modo que em pouco mais de 70 anos, restaram um número escasso de edificações daquela época. Muitas foram derrubadas para construção de edifícios, outros abandonados e várias deles, além de modificados, foram cobertos por placas de publicidade e fios, escondendo toda sua história e beleza. Trata-se na realidade da, segundo Camilo, “dinâmica do capital que cria espaços modernizadores”. (CAMILO, sd p.1).

A destruição de tais edificações iniciam-se na década de 1960, fomentadas pelo processo de verticalização, que naquele período já começava a transformar a paisagem urbanística de Campina Grande, com a construção dos três primeiros prédios da cidade. O Edifício Rique, o Edifício Palomo e o Edifício Lucas, todos localizado no centro da cidade.

Eles se destacavam pelo seu uso comercial e residencial. Freire afirma que o primeiro prédio a ser construído, o Edifício Rique, era símbolo do desenvolvimento que chegava à cidade e que estava sendo seguido por outros empreendimentos, como o caso do Palomo e do Lucas, ambos do mesmo arquiteto. A mesma autora ainda cita uma reportagem publicada no Diário da Borborema, de 1957, que divulgava o Edifício Rique como progressista, por sediar nos pavimentos inferiores o Banco Industrial de Campina Grande. (BONATES apud FREIRE, 2007, p.23),

Já naquela época essas construções provocavam críticas, pois acreditavam que os mesmos foram construídos atraídos apenas pela idéia de progresso, já que não havia problemas de espaço no centro da cidade. Foi previsto também um problema de congestionamento com esse tipo de elevação.

Revela-se uma tendência acentuada, embora pouco compreensível, para a construção de edifícios de apartamentos, principalmente no centro. [...]. Há um projeto de um prédio no centro, Rua Cardoso Vieira, com 15 pavimentos. Como não há problema de espaço, essa tendência parece mais uma preocupação de afirmação, mas pode acarretar o rápido congestionamento do centro (SESC, 1960, p.37).

Campina Grande seguia o modelo de grandes cidades do país, além da evolução na tecnologia de construção, o Estado também foi responsável por construções do tipo, através de financiamentos. Mas a idéia de modernização e *status* social talvez tenha sido o seu maior incentivador, como cita Silva no caso de São Paulo.

São Paulo é o grande ícone desse fenômeno [verticalização]. Nessa cidade, ele adquiriu proporções de peso apenas a partir das décadas de 1960 e 1970. Antes disso, edifícios altos e áreas verticalizadas constituíam uma simbologia que encontrou seu espaço na própria história da cidade. Eles eram associados à idéia de modernização, de progresso e aos êxitos econômicos da metrópole. (SILVA, 2007, p.3)

Com a edificação de tais prédios em busca de melhorias econômicas e modernidade, não havia mais espaço para as “modernas” construções em *art déco*, promovidas pelo prefeito Vergniaud Wanderley, que hoje se constituem o patrimônio histórico da cidade. Nas décadas seguintes, reformas em praças e imóveis da cidade foram feitas destruindo aquele “novo” patrimônio histórico da cidade e o que restava do seu “velho” patrimônio.

Como mudanças feitas, em detrimento da *art déco* e do que ainda restava do velho patrimônio da cidade, podemos citar exemplos como a Igreja de Nossa Senhora da Guia no São José, que tendo sido construída em 1917 em estilo gótico, e era uma igreja de ex-devotos. Fiéis que alcançavam suas graças depositavam ali objetos que representavam o milagre alcançado. Foi demolida em 1966 e reerguida no mesmo local, com uma arquitetura considerada mais moderna.

Imagem Nº 18- Igreja de Nossa Senhora da Guia – 2010 e 1925



respectivamente

Fonte: Rebeca Cirino

Outra igreja que passou por mudanças bruscas foi a Catedral. Projetada com um teto pintado por Miguel Guilherme, pintor natural de Sapé que se especializou em Arte Sacra, a matriz era dotada de sete altares que se localizavam na lateral da igreja, estes feitos de mármore trazidos de Portugal e com cerca de 30 a 40 imagens. No ano de 1967 após reforma que durou um ano, abrem-se as portas da igreja para o público, porém, nada mais disso estava lá, todos os altares e o teto havia desaparecido.

Imagem Nº 19: Antigo Altar da Catedral



Fonte: Arquivo pessoal Profª Léa Amorim

Além destas, a própria Praça da Bandeira com sua arquitetura original em art déco e a estátua da “Samaritana”, construída na época da reforma urbana de autoria do escultor pernambucano Abelardo da Hora, desapareceram na reforma que a praça sofreu na década de 80. Conforme vemos abaixo:

Imagem N° 20: Praça da Bandeira na década de 1940.



Fonte: Rebeca Cirino

Atualmente, o patrimônio Histórico de Campina fundamenta-se no denominado “Centro Histórico de Campina Grande”, este composto por ruas e praças centrais da cidade contendo edificações em estilo art déco, Inglês, Neoclássico e vários monumentos, constituindo-se este de uma área deliberada (em 2003) e delimitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) em 28 de junho de 2004. Conforme exemplificamos abaixo.

Imagem N° 21: Prédios em Art déco na Rua Venâncio Neiva



Fonte: Rebeca Cirino

Figura N° 22: Casa Inglesa, 2010



Fonte: Rebeca Cirino

Figura N° 23: Cine Capitólio na atualidade



Fonte: Rebeca Cirino

Apesar do tombamento conferido aos mesmos por intervenção do IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba), uma das grandes preocupações da atualidade vem sendo a preservação do Centro Histórico, e do patrimônio da cidade de Campina Grande, tendo em vista a impossibilidade de frear-se o intenso processo de desenvolvimento que impera e desfigura a imagem do mesmo. Além disso muitos prédios, apesar de delimitados pela lei de 2004 ainda encontram-se em completo abandono, sem ao menos passarem por um processo de revitalização. Nas imagens abaixo podemos observar isso.

Figura N° 24: Prédios em degradação em Campina Grande



Fonte: Rebeca Cirino

Continuamente podemos ver prédios sendo derrubados para construção de estacionamentos, lojas entre outros. Conforme Oliveira:

Há muito que o Centro Histórico de Campina Grande tem seus elementos mutilados pela voracidade do crescimento e do progresso que vem engolindo casarões, palacetes, prédios e monumentos. Recentemente, temos percebido uma severidade neste processo e um alcance de depredação sem limites. O Centro Histórico vem sendo profanado, mexido, mutilado, rasgando páginas do passado da cidade, desfigurando memórias e pondo fim a lugares e dispositivos de memória de áureas épocas. (OLIVEIRA, 2010,p.1)

As imagens abaixo servem como exemplo dessa realidade:

Figura Nº 25: Casas históricas destruídas em virtude da modernidade



Fonte:Rebecca Cirino

Diante de tal realidade de destruição em função da modernidade características de Campina Grande, percebemos a urgência existente em se promover uma educação voltada para a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Essa urgência se torna ainda mais forte quando analisamos o desconhecimento das atuais gerações com relação à história e memórias que circundam cada um desses patrimônios, mesmo daqueles que muitas das vezes são vividos por eles mesmos, como é o caso do São João e de outros de nossa cidade.

4.2 - Entre o antigo e o moderno: A necessidade da educação patrimonial na cidade de Campina Grande.

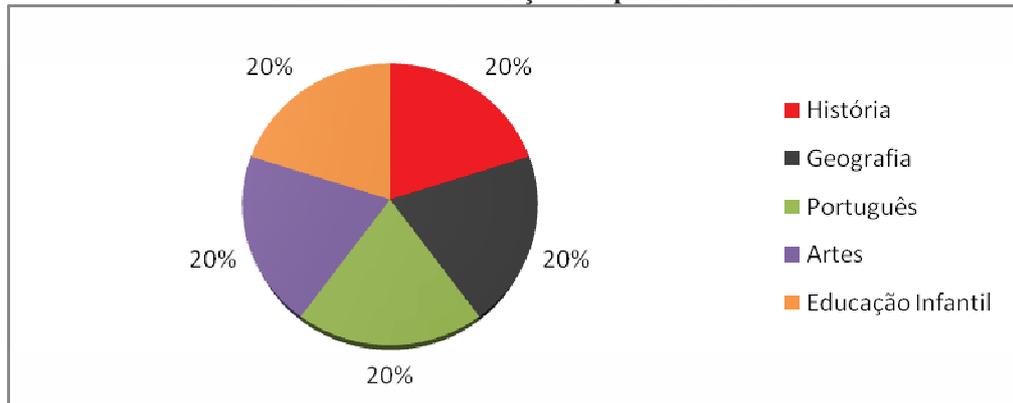
A já debatida indispensabilidade da educação patrimonial para a promoção do conhecimento e preservação histórica de qualquer comunidade ou sociedade, torna-se ainda mais forte, quando nos relegamos à história de cidades que sofreram a destruição de seu patrimônio em função de urbanização, tendo sido por isso construídas identitariamente sobre uma visão de modernidade que resultou, por conseguinte, na desvalorização da história, do antigo por seus moradores.

A presente realidade, pode ser facilmente percebida, no que se refere a cidade de Campina Grande, que tendo iniciado seu processo de urbanização na década de 1930 viu, em função da mesma, muito do seu patrimônio histórico ser destruído. Igrejas, praças, casarões, foram levados á baixo para que em seu lugar fossem abertas avenidas, casas de dois pavimentos e hotéis construídos, que viessem a demonstrar a face moderna da cidade em detrimento do passado de atraso até então perdurado.

Sabendo da importância de se conhecer para preservar, assim como do caráter formador atribuído á escola, seria esta o espaço ideal para se desenvolver essa sensibilização à preservação, não sendo esta na verdade à realidade encontrada na Escola Normal Estadual Padre Emídio de Vianna Correia, objeto de estudo de nossa pesquisa.

Com o intuito de ilustrar a realidade da Educação Patrimonial na escola, resolvemos entrevistar aos professores, a fim de perceber de que maneira a mesma vinha sendo trabalhada, tendo em vista ser a Educação Patrimonial uma das propostas dos PCN's, assim como observar de que maneira e frequência a história local vem sendo desenvolvida, levando em consideração a necessidade de conhecimento da história local para que preservemos e identifiquemo-nos com o patrimônio histórico local.

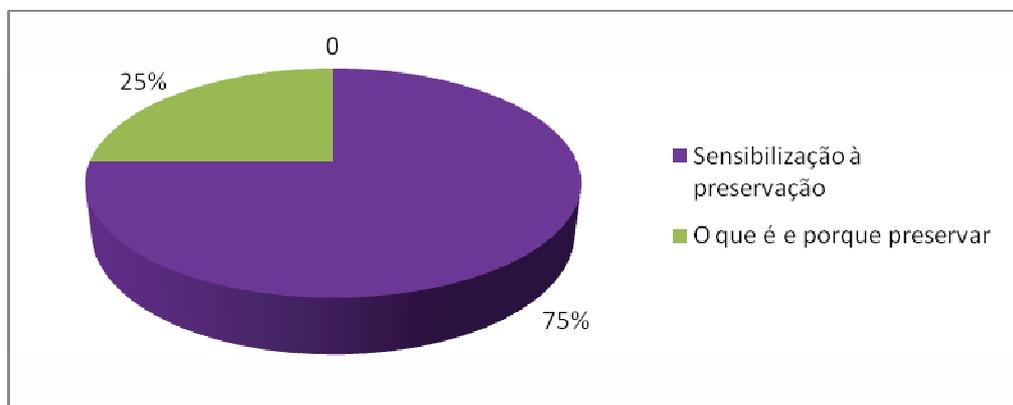
Nesta amostra, com um caráter quanti-qualitativo, foram entrevistados 10 professores, dentre estes sendo 20% de História, 20 de Geografia, 20 de português, 20 de arte e os outros 20% de educação infantil, conforme observamos no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Área de atuação dos profissionais

Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

A amostra foi assim distribuída a fim de observar o caráter interdisciplinar apresentado como proposta dos PCN's à Educação Patrimonial.

A primeira pergunta concentrava-se em perceber a finalidade entendida pelos professores para a educação patrimonial. Nesta, 75% dos professores afirmaram tratar-se de sensibilizar os alunos a preservar o patrimônio, e os outros 25% afirmaram servir para difundir o que é e para que preservar o patrimônio histórico e cultural.

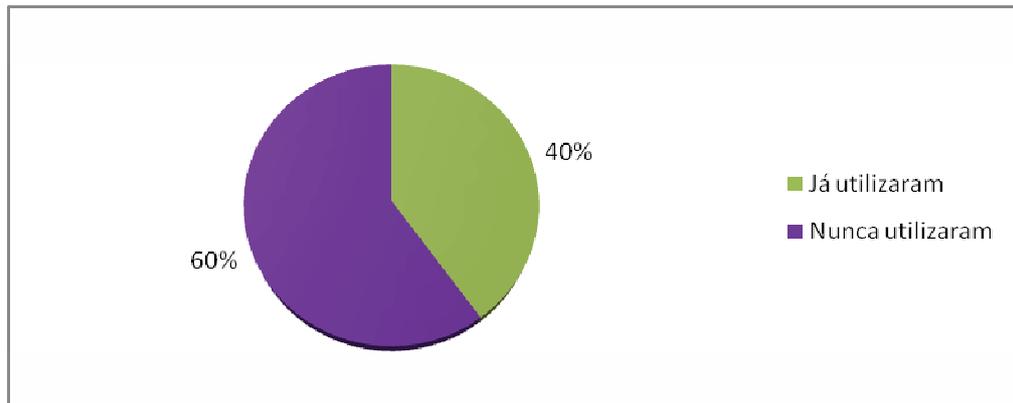
Gráfico 2: Pra que serve a educação patrimonial?

Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Com esses dados, podemos perceber a noção um tanto fechada da maioria dos docentes em apenas promover a sensibilização do patrimônio, sem promover um conhecimento prévio dos discentes acerca do que é o patrimônio e sua importância, o que nos surge como um problema tendo em vista a necessidade de se conhecer para preservar.

Questionados sobre se trabalhavam o patrimônio histórico como tema em suas aulas, 40% afirmaram já ter trabalhado com o tema enquanto os outros 60% afirmaram nunca ter utilizado o mesmo como tema em suas aulas. Como representado no gráfico abaixo :

Gráfico 3: Já utilizaram o patrimônio como tema nas aulas?

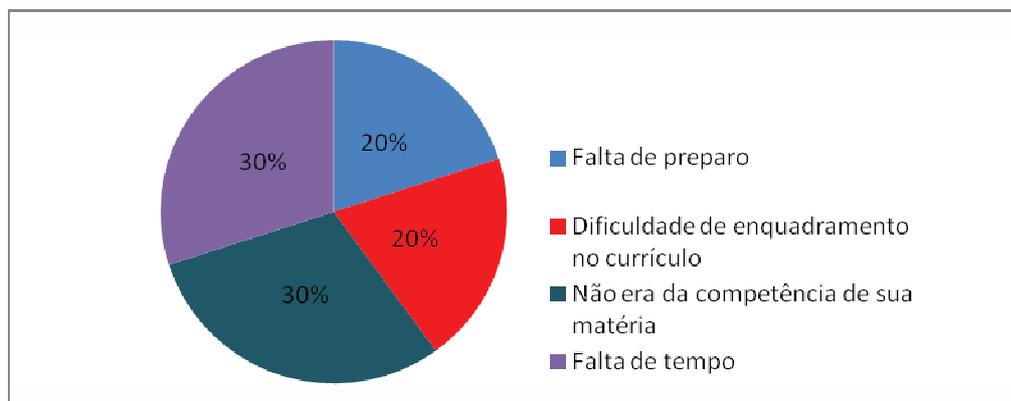


Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Com base nessa resposta, podemos perceber a não interdisciplinaridade no que se refere à aplicação da temática referente ao patrimônio, tendo em vista que na maioria dos componentes curriculares, jamais se havia sido utilizado o mesmo como assunto na ministração das aulas.

Indagados sobre a dificuldade encontradas para a execução da educação patrimonial, as afirmações ficaram bastante divididas, 20% atribuíram-na à falta de preparação, 20% à dificuldade de enquadrá-la nos conteúdos curriculares, 30% consideravam não tratar-se este da competência de seu componente curricular, e o outros 30% atribuíram-na a falta de tempo, tendo em vista que muita das vezes a inclusão de outros temas atrasam os conteúdos que obrigatoriamente devem ser ministrados. Podemos perceber isto no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Quais as dificuldades encontradas na execução da Educação patrimonial?

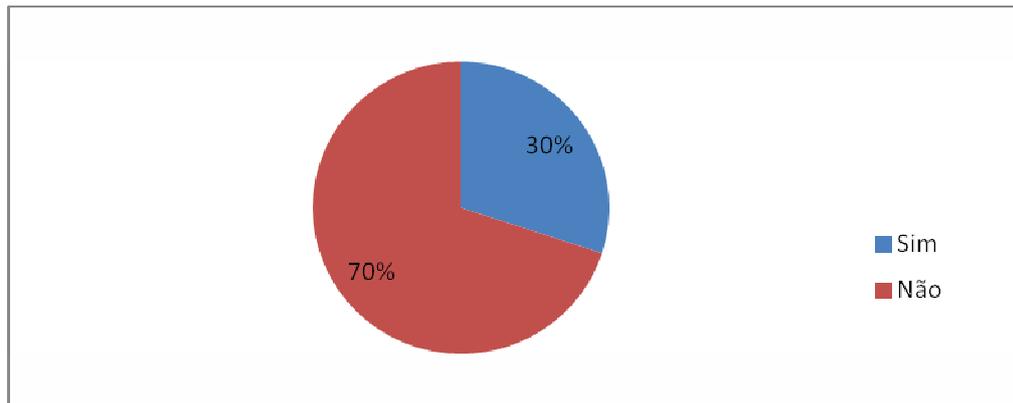


Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

As demais perguntas feitas aos entrevistados visavam perceber de que maneira a história de Campina Grande vinha sendo trabalhado nas aulas, e no cotidiano escolar. A primeira

delas, questionava-os se já haviam em algum momento trabalhado à história de Campina Grande em suas aulas. Nessa resposta, 40% dos professores afirmaram já ter trabalhado com a temática enquanto os demais 60% afirmaram não ter utilizado o tema no cotidiano das aulas. O gráfico abaixo demonstra essa verdade:

Gráfico 5: Você já utilizou a história da cidade como temática em suas aulas?

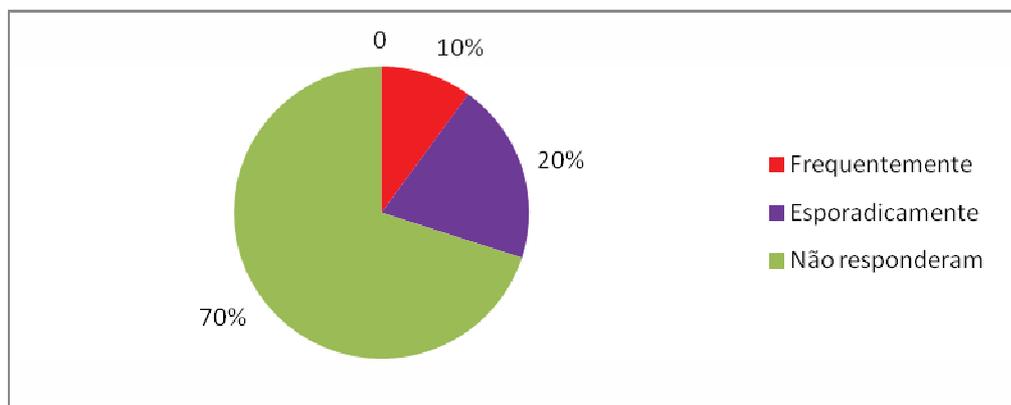


Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Essa realidade preocupa-nos, tendo em vista podermos perceber nos dados a pouca utilização de uma temática de infinita importância, não apenas para o conhecimento histórico local, como também para a sensibilização à preservação do patrimônio que está intrinsecamente ligada ao conhecimento histórico, sendo apresentado nos PCN's como temática a ser trabalhada não apenas no ensino de História, mas de maneira interdisciplinar.

A fim de melhor entendermos a utilização da temática nas aulas, questionamos com que frequência ela vinha sendo abordada. Segundo os dados coletados 10% responderam trabalhá-la frequentemente, 20% esporadicamente, e os outros 70% não responderam.

Gráfico 6: Com qual frequência utilizam a temática nas aulas?

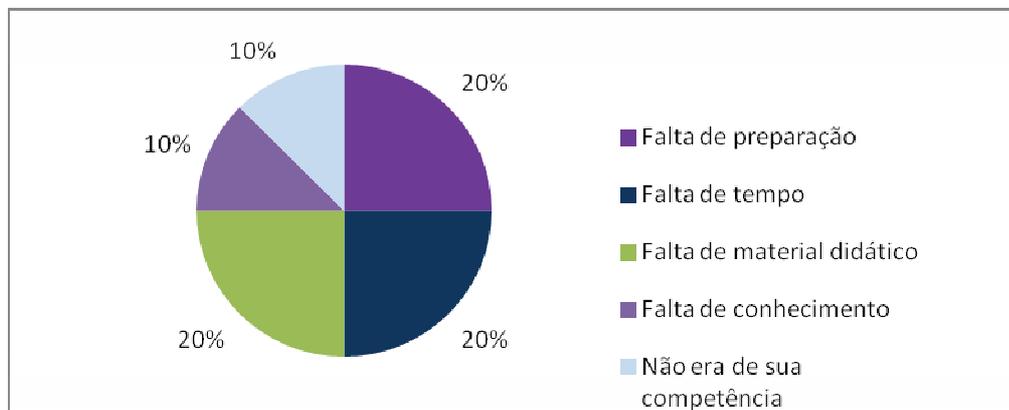


Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Com base em tais dados, elucida-se mais uma vez a pouca utilização da temática, tendo em vista a temporária ou nenhuma utilização do mesmo no cotidiano das aulas.

Quando questionados sobre as dificuldades encontradas para a utilização da história local como temática, muitos foram os motivos dados. Nesse ponto 30% alegaram a falta de preparação, 20% ainda alegaram a questão de tempo, tendo em vista que a inserção dessas temáticas muita das vezes atrasavam os conteúdos, 20% a falta de material didático para trabalhar com tal temática, 10% ainda alegaram não ser essa de sua competência e os demais 10% alegaram ainda a falta de conhecimento sobre o assunto como dificuldade maior no desenvolver de tal temática. O gráfico abaixo representa tais dados:

Gráfico 7: Quais as dificuldades encontradas em trabalhar com a história local?

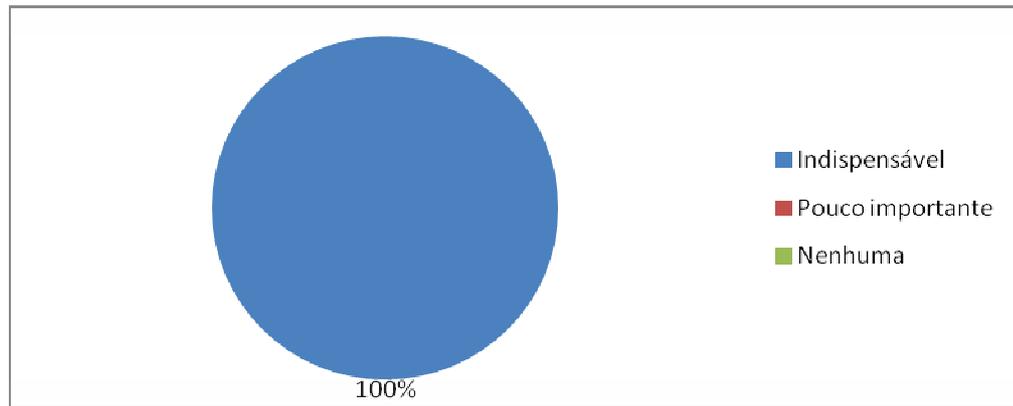


Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Com esses dados, podemos perceber a necessidade de preparação dos docentes para que venham a utilizar a temática e percebê-la enquanto indispensável para o conhecimento história e formação da identidade.

Para finalizar, questionamo-los sobre a importância dos temas locais e do patrimônio para a formação do cidadão. O gráfico abaixo mostra-nos a resposta dada que, obviamente, não nos impressionou.

Gráfico 8: Qual a importância da história local e do patrimônio para a formação discente?



Fonte: Pesquisa realizada com professores da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

A análise de tais dados fez-nos perceber a imensa dificuldade encontrada pelos docentes em se promover uma educação voltada à sensibilização, à preservação do patrimônio histórico e cultural. Apesar de considerados de imensa importância para a formação do discente enquanto educando e cidadão, as temáticas voltadas para o conhecimento local e consequentemente a preservação patrimonial acabam sendo lançadas á escanteio, barradas pelos problemas resultantes da defasada realidade educacional brasileira.

Sabendo de tal realidade, o projeto de extensão “A Cidade visível e invisível: identidade cultural, memória e cidadania”, entre seus objetivos destaca-se em desenvolver atividades que além de apresentar Campina Grande aos participantes como dotada de um passado a ser preservado, através de seus monumentos, possibilitassem aos mesmos tornarem-se multiplicadores da história de Campina Grande, assim como se identificarem com este criando formas de preservação.

Entre as construções e desconstruções recorrentes do processo de urbanização da cidade, que resultaram na desvalorização da história e patrimônio da mesma tendo em vista a construção da nova identidade característica da moderna Campina Grande. Partindo desse aspecto muito de sua história foi esquecida, em favor da modernização não devendo contanto deixar de ser conhecida e transmitida

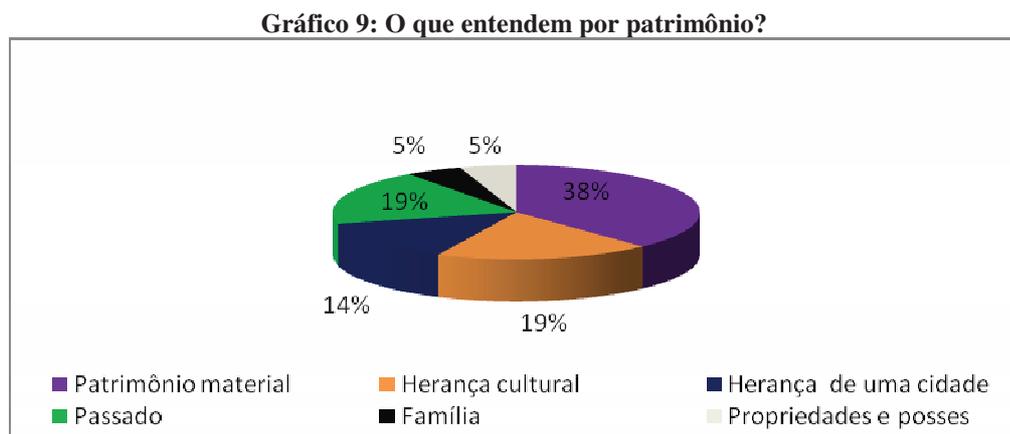
Dessa maneira através das atividades desenvolvidas no projeto buscamos priorizar tais histórias, a fim de levar um pouco mais de conhecimento sobre a história da cidade para o público alvo do projeto, demonstrando-a como um espaço que tem muito que se preservar, necessitando, portanto de sensibilização à preservação do seu patrimônio.

Para, contudo, conseguirmos desempenhar tal objetivo, em nosso primeiro contato com a sala de aula, priorizamos perceber o conhecimento do público alvo acerca de patrimônio

histórico e cultural de, assim como do patrimônio de Campina Grande, especificamente, e a percepção dos mesmos com relação à preservação do patrimônio.

A amostra foi feita por meio de uma análise quanti-qualitativa, através de questionário, que foi respondido pelos alunos do segundo ano da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Vianna Correia, situada no bairro do Catolé, na cidade de Campina Grande, de maneira individual, resultando em um número de 75 pessoas. A análise pautou-se em questões abertas e semi estruturadas, com o objetivo de perceber o conhecimento e a opinião dos alunos acerca do tema defendido.

A primeira pergunta que elaboramos, questionava os alunos acerca do conhecimento que estes tinham sobre o que era patrimônio. Como resultado, 52% dos alunos relacionaram-no à tradição de um modo geral, 14% à conhecimento, 2% relacionaram-no à festas, danças e comidas, outros 14% à herança, 9% retrataram-no como retrato de um povo e outros 9% não souberam ou não quiseram responder, conforme podemos observar no gráfico abaixo:



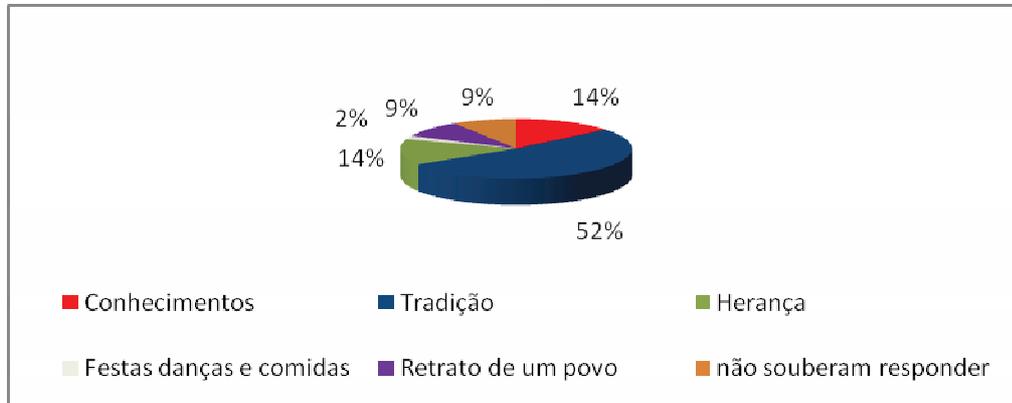
Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Após a análise dos dados coletados, pudemos perceber, que apesar de, em certa forma, os alunos conseguirem relacionar patrimônio as diferentes categorias que o constituem, estes não conseguiram, contudo formar um conceito próprio do que é patrimônio, nem tão pouco de suas diferentes categorias, demonstrando, portanto a fragilidade existente no conhecimento destes acerca do assunto.

Compreendo que não podemos dissociar o contexto em que o patrimônio está inserido de cultura a qual faz parte, não poderíamos deixar de indagar sobre o que representava para estes a cultura. Sendo questionados acerca do conceito de cultura, 14% afirmaram esta tratar-se de conhecimentos, 52% afirmaram ser esta tradição, 14% herança, apenas 2%

consideraram festas, danças e comidas típicas cultura, 9% afirmaram ser cultura um retrato de um povo e os demais 9% não souberam responder, conforme abaixo representado.

Gráfico 10: O que é cultura?



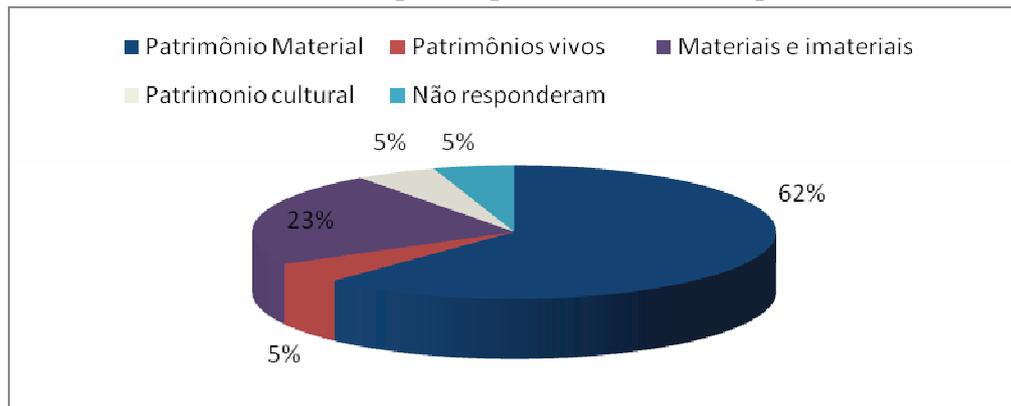
Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

As respostas dadas demonstram que o conhecimento acerca de cultura pode ser considerada pertinente, podendo ser constituído um conceito para cultura, se baseando na idéia formada por Santos, acerca da mesma, que a define como sendo:

comportamento aprendido e ensinado, em vez de instintivo. Num segundo nível, refere-se à capacidade humana para gerar comportamentos e especialmente à capacidade da mente humana de gerar uma quase infinita flexibilidade de reações, através de seu potencial simbólico e lingüístico. (SANTOS, sl, sd)

Contudo, ainda podemos perceber na definição de cultura, um viés idealista da mesma tendo em vista que mais de metade da sala, 52%, defini-a e percebe-a corretamente, no entanto sem estabelecer relação desta com o patrimônio histórico.

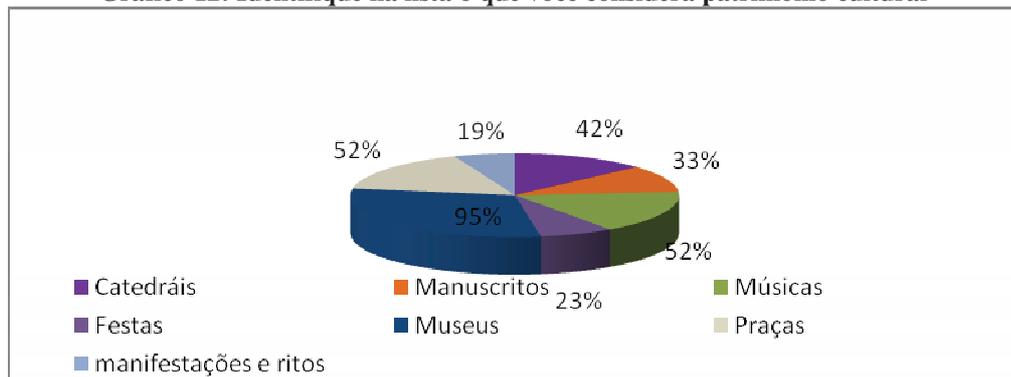
Ao serem perguntados sobre patrimônios culturais a serem preservado, 62% citaram como exemplo patrimônios matérias (estatuas, praças, igrejas, etc.), 5% exemplificaram-no com patrimônios vivos (Marinês, Genival Lacerda, etc.), 23% responderam com patrimônios materiais e imateriais, apenas 5% responderam com patrimônios culturais, e os demais 5% não souberam responder, conforme abaixo representado:

Gráfico 11: Cite exemplos de patrimônios a serem preservados

Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Os dados referentes à tais respostas comprovam o fato de que os alunos apesar de saberem o que é cultura, quando instigados a falar acerca do que constitui o patrimônio cultural estes ainda se apegam a ideia de que apenas o aspecto material pode nos levar a identificá-los.

Quando instigados a identificarem os patrimônios históricos e culturais, 42% consideraram catedrais como patrimônio, 33% manuscritos, 52% músicas, 23% escolheram as festas, 95% museus, 52% praças, e por fim apenas 19% consideraram assim manifestações e ritos religiosos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 12: Identifique na lista o que você considera patrimônio cultural

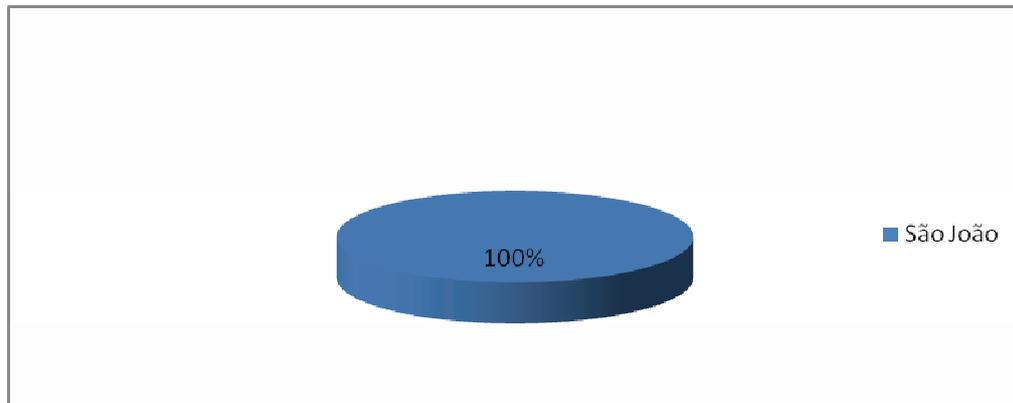
Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Assim, os resultados da pesquisa evidenciaram que o conhecimento dos alunos à cerca do que seria patrimônio histórico e cultural é bastante superficial, visto que estes, apesar de conseguirem de certa maneira relacioná-lo ao que materialmente seria patrimônio, não conseguem criar um conceito do que seria patrimônio cultural, visto que consideram em sua maioria apenas o dito “*de pedra e cal*”, como verdadeiro patrimônio, desconsiderando as

formas como o mesmo se expressa, isto é, as manifestações culturais. Diante desta lacuna, foram organizadas em nosso projeto atividades e oficinas referentes à temática a fim de propiciar no alunado a conscientização do que é patrimônio cultural e a importância de preservá-lo.

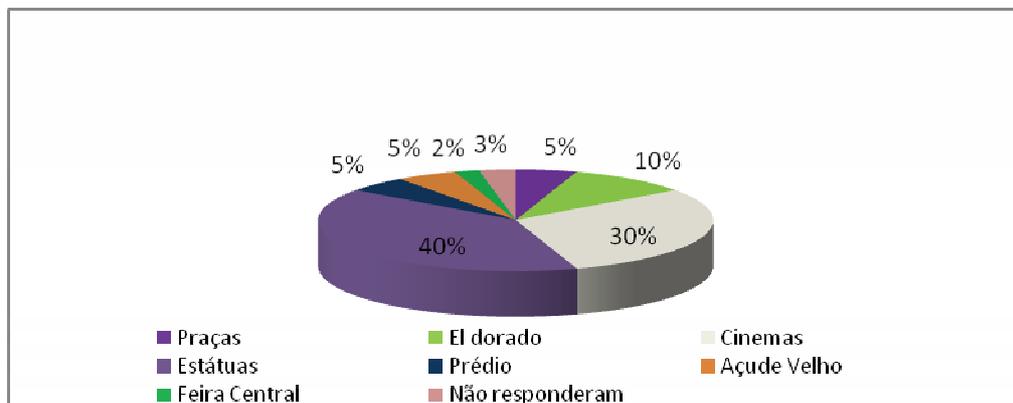
Acerca do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande, os resultados também não foram diferentes, quando perguntados acerca de exemplos de patrimônios a serem preservados dentro da cidade de Campina Grande, 100% dos alunos citaram como exemplo o São João, que concede à cidade o título de “Terra do Maior São João do Mundo”, porém apenas este patrimônio cultural foi citado, sendo os demais, todos, patrimônio material. Assim, 5% citaram as praças (da Bandeira, Clementino Procópio, Açude Novo), 10% o cassino Eldorado, 30% cinemas (São José, capitólio, Babilônia), 40% estátuas (Jackson do Pandeiro e Luiz Gonzaga), 5% prédios (museu, estação velha), 5% o Açude Velho, 2% a feira central, e outros 3% não souberam ou não quiseram opinar, conforme abaixo representado:

Gráfico 13: Cite de exemplos de patrimônio histórico e cultural de Campina grande



Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Gráfico 14: Cite de exemplos de patrimônio histórico e cultural de Campina grande



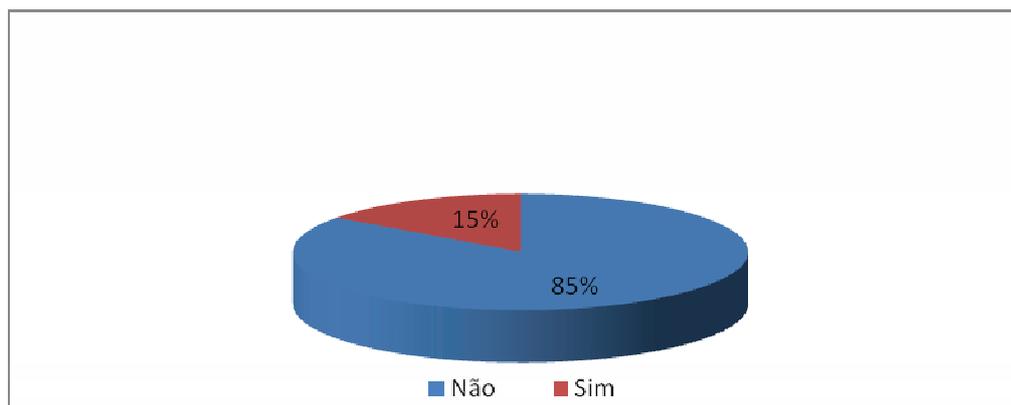
Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Através de tais exemplificações, questionamos sobre o que levaria tais monumentos á serem considerados importantes de preservação para os alunos, levando em consideração a necessidade de se conhecer para preservar, portanto, os interrogamos acerca do conhecimento que tinham sobre a história de tais monumentos. Para nossa surpresa, de muitos dos patrimônios citados, a grande maioria dos alunos sabia muito pouco, e muitos não sabiam nada. Por exemplo, quando questionados à respeito dos patrimônios por estes conhecidos, 100% deles citaram o São João de Campina Grande como principal exemplo, porém o conhecimento que tinham sobre ele, resumia em defini-lo como um festejo junino que se realizava todo mês de Junho, durante trinta dias. Sobre a história do São João, como surgiu, em que ano havia sido pela primeira vez realizado, quando questionados, estes não souberam responder.

Esta mesma realidade mostrou-se nas afirmações acerca dos demais patrimônios, portanto, podemos perceber a ligação intrínseca dos alunos com a história presente e, por conseguinte, a falta de conhecimento acerca da história da cidade.

Com o intuito de percebermos como a escola trabalhava a história e o patrimônio da cidade em suas atividades, perguntamos aos alunos se o tema era tratado no cotidiano escolar. Quando questionados acerca da história da cidade, 85% dos alunos afirmaram que não haviam aulas voltadas para o conhecimento da história da cidade e os 15% demais afirmaram que havia menção da história da cidade no desenvolvimento das aulas, conforme abaixo relacionado

Gráfico 15: Nesta escola costumasse falar sobre a história da cidade?



Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Através de tais dados, percebemos que não há um interesse por meio dos docentes em transmitir a história da cidade para os discentes e quando esta ocorre é de maneira esporádica, não havendo um interesse de total fixação de tal história.

Afim de melhor compreendermos o que se falava sobre a história da cidade, questionamos quais componentes curriculares que tratavam sobre o assunto 10% dos alunos disseram esta ocorrer nas aulas de história, 5% história e geografia, e os demais afirmaram que esta não ocorria em aula nenhuma, segundo gráfico abaixo:

Gráfico 16: Em quais matérias ensinasse sobre a história local?

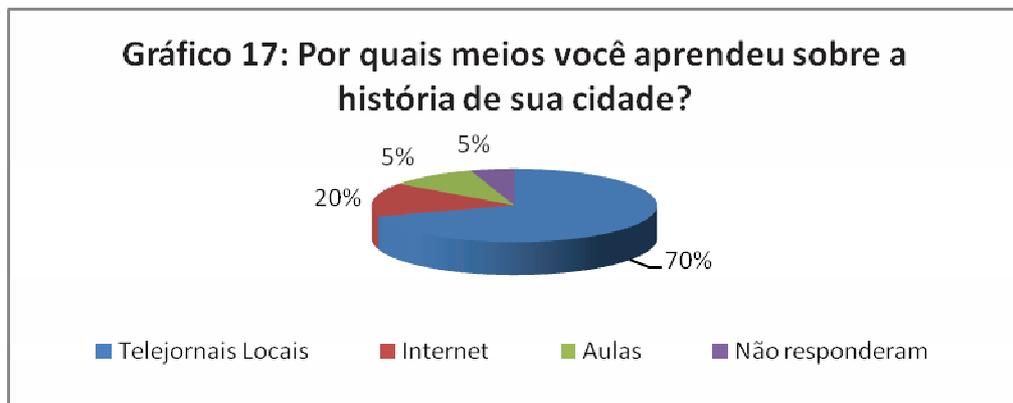


Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Através destes dados, podemos notar não haver a preocupação em desenvolver atividades voltadas para o aprendizado da história da cidade na grande maioria dos componentes, o que vem então comprovar a falta de interdisciplinaridade nas atividades desenvolvidas no cotidiano escolar.

Diante de tal realidade questionamos os alunos acerca dos meios pelos quais estes haviam apreendido algo acerca da história da cidade, nesse sentido 70% dos alunos afirmaram saber um pouco da história da cidade por meio dos telejornais locais, 20% por meio da internet e os demais 5% através das aulas, e os outros 5% não responderam conforme podemos ver abaixo:

Gráfico 17: Por quais meios você aprendeu sobre a história de sua cidade?



Fonte: Pesquisa realizada com alunos da Escola Normal Estadual Padre Emídio de Viana Correia

Através de dados pudemos perceber a fragilidade do conhecimento dos alunos acerca da história da cidade que, entre outros motivos, pode ser explicado pela negligência no que tange a ministração acerca da mesma. Tal fato leva ao desconhecimento não só da história do lugar como também ocasiona em um não reconhecimento, por parte do aluno, de si mesmo como parte integrante ativa no processo histórico e, por extensão, na desvalorização do patrimônio, o que contribui para o vandalismo e a degradação do mesmo.

Tendo em vista que a Educação Patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao Patrimônio Cultural, que compreende desde a inclusão nos currículos escolares dos diferentes níveis de ensino e disciplinas ou conteúdos programáticos que versem sobre a preservação e conhecimento do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para educadores, a fim de propiciar informações acerca do patrimônio cultural, de forma a prepará-los a despertar nos educando, educadores e na sociedade em geral o senso da preservação da memória histórica e o conseqüente interesse em trabalhar e difundir tal tema. Sem essa preparação e conscientização da necessidade de trabalhá-la nas mais diferentes áreas, torna-se impossível a efetivação da Educação Patrimonial não apenas nesta, mas também nas demais instituições educacionais do país.

Essa verdade serve-nos de base para compreender o pouco conhecimento dos alunos, percebido em pesquisa, no que se refere à noção acerca da história da cidade de Campina Grande, tendo em vista que o conhecimento histórico e a formação da identidade encontram-se intrinsecamente ligados, segundo o próprio PCN.

(...) a perda da identidade tem apresentado situações alarmantes, desestruturando relações historicamente estabelecidas, desagregando valores cujo alcance ainda não se pode avaliar. Dentro dessa perspectiva, o ensino de História tende a desempenhar um papel mais relevante na formação da cidadania, envolvendo a reflexão sobre a atuação do indivíduo em suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades e sua participação no coletivo. (BRASIL, 1996, p.7)

Essa participação no coletivo envolve, por sua vez, a participação ativa da sociedade na preservação do patrimônio histórico e cultural, fundamentada na já debatida Cidadania Cultural, que confere ao cidadão não apenas o acesso, mas também a colaboração nos processos de confecção e salvaguarda do patrimônio, da memória histórica.

Dessa maneira, considerando, que os alunos estão sendo formados para a prática da docência, percebemos a importância de uma educação voltada para a História de Campina Grande, a fim de levar o conhecimento acerca do espaço em que este está inserido,

demonstrando-o como ator social tanto na história quanto nas ações de preservação do patrimônio da cidade.

4.3- De volta ao passado: Revisitando o patrimônio histórico e cultural de Campina Grande.

Os resultados obtidos na sondagem feita com os alunos, que visava perceber o nível do conhecimento acerca da história da cidade que estes já tinham, assim como analisar de que maneira esta vinha sendo trabalhada, demonstraram a realidade de morosidade no que se refere a história local, não apenas presente nas escolas de Campina Grande ou nas demais cidades paraibanas, mas sim na grande maioria das cidades brasileiras. Segundo Bezerra,

Vivemos em uma sociedade onde a globalização tende a gerar a desvalorização das localidades em detrimento de uma história geral, o que se percebe é uma carência com relação a temática, onde a mesma parece não encontrar espaço no cotidiano da prática escolar. O ensino de história local é pertinente como ferramenta para o processo de formação crítica dos indivíduos. Esse tipo de história se aproxima mais do dia-a-dia do aluno, de modo a possibilitar a compreensão de sua dinâmica social, e se perceber enquanto sujeito histórico.(BEZERRA, sd,p.6)

Diante de tal realidade, e objetivando despertar no público alvo da escola o sentimento de pertencimento no processo histórico e por isso possível à transformá-lo, durante o desenvolver do projeto, centralizamos nossas atividades na promoção do conhecimento acerca da história de Campina Grande, afim de que a medida que fossemos descortinando-a ao nosso público, este percebesse não só a importância de se conhecer a história local, da qual participa ativamente, como também a necessidade de preservação dessa história, desse passado. Dessa maneira contribuímos para que se percebessem como parte ativa nesse processo de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Assim, no desenrolar de nossas atividades tentamos focar nas histórias que percebemos através da amostra como pouco, ou até mesmo totalmente desconhecida, pelos alunos. Entre estas histórias, uma de maior importância para nós, foi a do famoso cartão postal central da cidade, o parque Evaldo Cruz, mas conhecido como Açude Novo. Através de análises de fotografias, e textos pesquisados pelos alunos, tratamos acerca dessa história, que se inicia ainda no século XIX.

Construído na década de 1830, com o objetivo de suprir as necessidades ocasionadas graças à grande seca ocorrida na região naquele período, o açude foi o segundo construído na cidade sendo antecedido pelo Açude Velho e sucedido pelo Açude de Bodocongó. Durante mais de cem anos, foram estes, o açude velho e o novo, os únicos meios de abastecimento da cidade. Indo, no período da seca, a população buscar água, lavar roupas ou até mesmo se divertir no açude. Conforme abaixo representado:

Imagem Nº 26: Açude Novo na década de 1950



Fonte: www.cgretalhos.blogspot.com.br

Segundo Soahd Arruda Rached Farias, testemunha ocular da construção do Açude Novo durante a década de 1950, a imagem representa o "Açude Novo, quando tinha água, ao fundo os coqueiros (de Zé Rodrigues) atual parque do povo, no outro angulo é onde hoje tem o terminal da integração. Imagem provavelmente no fim dos anos 50".¹

O crescimento populacional gerado pelo desenvolvimento econômico e a chegada do trem à cidade, exigiu uma nova forma de abastecimento da cidade que, aquela época ainda não dispunha de água potável.

1- Citação retirada da entrevista dada por Soahd Arruda Rached ao site www.cgretalhos.blogspot.com

Segundo Camilo “Em 1927, João Suassuna inaugurou o abastecimento de água a partir de Puxinanã, com água não tratada e pouca”², mesmo assim nessas circunstâncias o Açude Novo e também o velho perdem sua finalidade continuando, porém a adornar o centro da cidade ainda por muito tempo.

Todavia, o progresso desenfreado da cidade de Campina Grande veio mais uma vez transformar o cenário da mesma. O que fazer com um açude que já não tinha serventia nenhuma para a localidade se não destruí-lo? E é exatamente isso, que faz o prefeito Evaldo Cruz que em 31 de janeiro de 1976, transforma o Açude Novo, em uma praça dando-lhe o nome de Parque do Açude Novo, Após sua morte, em 1985, foi dado, na tentativa de homenageá-lo, dar-se ao parque o nome de Parque Evaldo Cruz, no entanto todos ainda o chamam de Açude Novo, como antigamente.

Devido o fato de ter sido a história do lugar esquecida pelo povo campinense, muitos não entendem, porque o lugar é chamado de açude se lá não tem açude nenhum, apenas uma fonte. Conforme se percebe na fotografia abaixo:

Imagem Nº 27: Açude novo na atualidade



Fonte: www.helderdarocha.com.br

²-Citação retirada do texto “HISTÓRIA DA CRISE DE ÁGUA EM CAMPINA GRANDE”. Disponível em <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/12/historia-da-crise-de-agua-em-campina.html>.

Outro importante patrimônio da cidade de Campina Grande pouco conhecido e notado pela população da cidade é o famoso prostíbulo, que durante anos simbolizou a riqueza da cidade, servindo de diversão e hospedagem para os importantes comerciantes que aqui chegaram para comercializar com o algodão, o Cassino Eldorado. Segundo Souza,

Como a cidade recebia visitas comerciais e turísticas de vários pontos do país havia a necessidade de uma gama de alimentação e diversão bastante variada, pois alimentar o corpo e exercitar os outros sentidos era uma das principais atividades dos campinenses e dos seus visitantes. A maioria dos homens que vinha a Campina Grande negociar com o algodão durante o dia, ansiava também pela possibilidade de, à noite, se encaminharem para certa áreas da cidade onde existissem bebidas, músicas, danças, jogos e mulheres.(SOUZA, 2002, p.3)

Durante o período de urbanização da cidade, a zona de meretrício, que até então se concentrava na intitulada Rua Rói Couro, atualmente Rua Juvino do Ó, foi transferida para a região da Feira central ou bairro da Manchúria, com o objetivo de afastar tais práticas tidas como não divinas, da área residencial. Nessa localidade, a rua mais movimentada era a Manoel Pereira de Araújo, conhecida como Rua Boa, que concentrava os “melhores cabarés da cidade”, entre eles a Pensão Moderna, que pertencia a Zefa Tributino.

Com a inauguração do Cassino Eldorado, que se localizava à quinhentos metros da Pensão moderna, na Rua dos Currais sendo propriedade de Carminha Villar, o brilho das demais pensões localizadas na região da feira veio a ser ofuscado, já que este não apenas era uma casa de prostituição, mas também uma de espetáculos, jogos e danças. A importância do local ultrapassou as fronteiras campinenses, sendo o mesmo conhecido nacionalmente, conforme afirma Souza:

Se o intercâmbio já era notável quando existia apenas as pequenas pensões, com o novo cassino esta atividade se tornou cada vez mais intensa. Mulheres vinham do Recife só pra trabalhar alguns dias no Eldorado, levando consigo algum dinheiro e o orgulho de ter pertencido ao quadro de “funcionárias” do mais importante Cassino do Norte e Nordeste.(SOUZA, 2002, p.4)

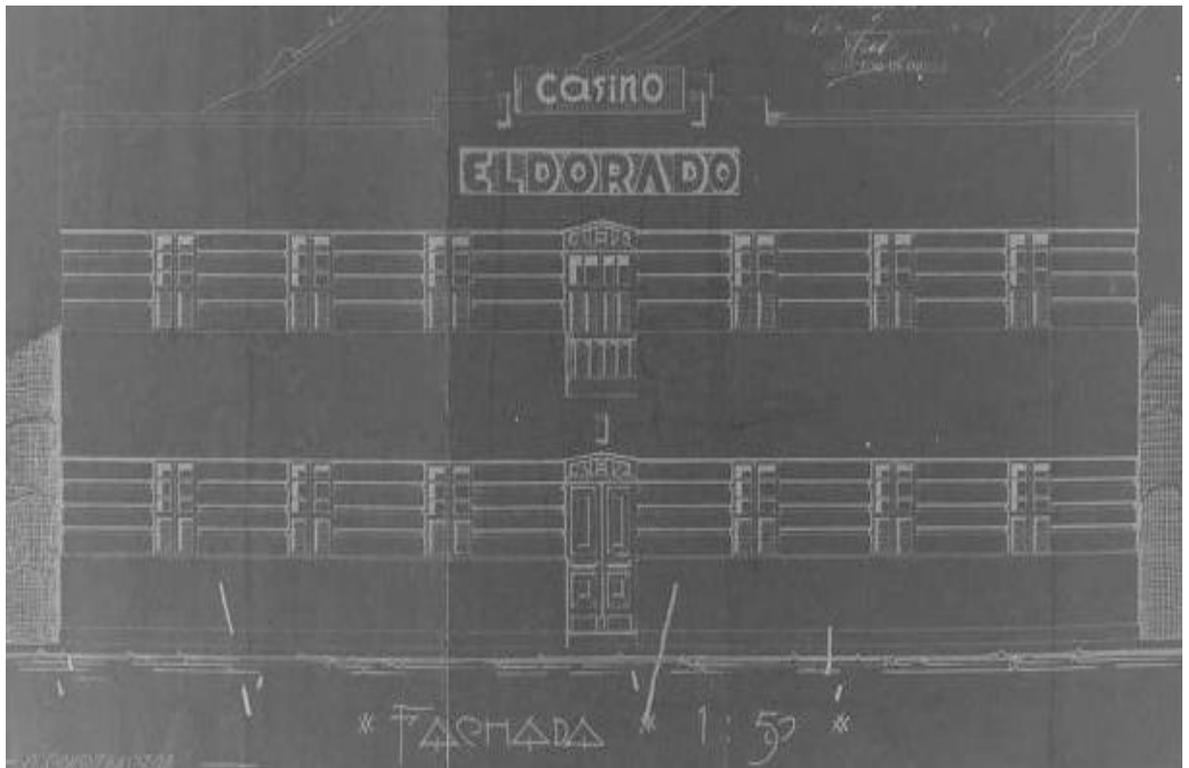
Segundo Pereira de Moraes o Eldorado era o ápice no período do auge do “ouro branco” em Campina Grande. O que mais se aproximava dele, á distância era o Assírio, que funcionava no subsolo do Teatro Municipal, no Rio de Janeiro. “Apenas um cabaré, comparado ao Eldorado.” Sobre as características físicas do lugar, o autor afirma:

O Eldorado foi construído, especialmente, com apartamentos para mulheres e dependências para jogos e diversões. Era dotado de um possante gerador, pois a luz pública deficiente pagava cedo. A sala do *showroom* tinha espaço para 36

dançarinos e exibição de dançarinos. Ao lado, 40 mesas com quatro assentos. Nas salas de jogos havia roleta 36, mesa de roda (*lasquiné*), mesa de bacará, mesa de campista, mesa de esplandim, e mesa de *poker*. Tinha também palco para orquestra. Os garçons eram contratados de Recife e Campina.”(MORAES, 1985, p.53)

Abaixo, podemos ver a planta do Cassino Eldorado, obra do arquiteto Issac Soares, no ano de 1937.

Imagem N° 28: Planta do cassino Eldorado, 1937



Fonte: www.cgretalhos.com.br

O “glamour” característico do local, que se baseava na moda parisiense, transformava o Cassino em um ambiente impossível para as classes menos abastadas da cidade, sendo este freqüentado apenas pelos adultos pertencente à elite social. Durante a semana, o traje exigido para os homens era paletó e gravata, e nos finais de semana a rigor. Essa elegância era exigida, a fim de transformar o ambiente em um local “sadio e bom”.

Tal elegância também se constituía, conforme memórias dos contemporâneos, característica das “funcionárias” do cassino que eram, segundo estes, muito arrumadas e disciplinadas não dizendo “nome feio” e nem discutiam com as outras, pelo menos não em público. (MORAES, 1985, p.52). Segundo Moura, o cassino constituía-se de “Opulência e arte, jogos e ilusões, negócio e mulheres. Lindas mulheres com seus vestidos farfalhantes e coloridos, oriundas do Rio, de São Paulo e Recife.”(MOURA, 2001, p.75).

As atrações que diariamente animavam as noites no Cassino, vinham não só dos estados dos nordeste mas de outras localidades do país. Eram cantores, dançarinos, atores, entre outros. Alguns importantes nomes da música e da dança apresentaram-se no palco do cassino. “Ao som daquelas orquestras de “jazz bands” os melhores dançarinos do tango se exibiam. Ali podiam ser encontrados Moacir Tié, “Príncipe Mario”, e Zito Napy.” (MORAES,1985, p.55). Além desses, nomes como Jackson do Pandeiro, Vicente Celestino, Nelson Gonçalves, alegravam as inesquecíveis noites no famoso Eldorado.

Na década de 1950, a vida boêmia concentrada na zona da feira campinense, começa a entrar em declínio graças à retirada dos contingentes militares que habitavam a cidade, com o fim da 2ª guerra mundial. Essa decadência realocou a zona meretrícia da cidade para uma nova localidade denominada “Boninas”. A decadência da cultura algodoeira na cidade, também contribuiu para tal declínio. Apesar de prolongarem suas atividades até a década de 1970, as pensões não apresentavam o mesmo “encanto”, o mesmo “glamour” que lhes eram atribuídos nos anos anteriores.

Segundo Souza, na década de 1960 o prédio já abandonado e envelhecido do Cassino Eldorado, apenas simbolizava um passado de glória e glamour, que, segundo aqueles que freqüentavam o lugar, jamais será superado(SOUZA,2002).

Atualmente, o prédio em abandono situado na feira da cidade, apenas relembra esse passado, fazendo suspirar aqueles que lembram as alegrias vividas nas noites alegres do Cassino. Para as atuais gerações, as instalações do Eldorado apenas representa abandono sem sentido algum, sem nenhum valor.

Imagem Nº 29: Prédio abandonado do Cassino Eldorado



Fonte: www.cgretalhos.com.br

As mudanças ocorridas ao longo dos tempos que destroem, também promovem o surgimento de novas histórias, novas culturas, que modificam não só o olhar dos grupos pertencentes à tal história como também do mundo com relação à esta localidade. Na história de Campina Grande, essas mudanças não foram, portanto, inexistentes. Conhecida mundialmente como a Liverpool brasileira entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da década de 1980, a cidade passa a ser reconhecida, não mais com tal denominação, pois daí em diante sua cultura é que vai levar seu nome a ser conhecido, passando essa a ser denominada como a “*terra do maior São João do mundo*”.

Apesar de famoso desde a sua fundação e de, portanto, ter sido citado pelos alunos como o mais importante patrimônio de Campina Grande a ser preservado, podemos perceber que no que se refere a história da fundação do São João de Campina Grande, de como ele se tornou tão importante e conhecido, pouco ou nada se sabe.

Dessa maneira, em nossas atividades referentes ao patrimônio de Campina Grande tentamos descrever sobre tal história, a fim de promover além da conscientização a preservação do mesmo, levar ao conhecimento de sua história.

A história do São João de Campina inicia-se na década de 1980, mas precisamente no ano de 1983, quando da administração do prefeito Ronaldo Cunha Lima. Antes disso, já se havia comemoração junina na cidade, porém esta era feita de maneira descentralizada e particular ocorrendo em clubes, residências. Era uma festa rural, acontecendo de maneira mais intensa em granjas, sítios e fazendas.

Segundo narração dos mais velhos moradores da parte central da cidade, “Clubes como Caçadores, Gresse, Campestre, Campinense Clube e até mesmo o velho Ypiranga, fizeram eventos juninos antológicos, além é claro, do São João de rua, nos bairros de Campina, havia organizações de quadrilhas em várias ruas, em participação massiva da comunidade. Essas Quadrilhas juninas e demais movimentos culturais, que traziam uma grande animação a cidade. Alguns patrocinadores era o Café São Braz e o Café Aurora, que davam as bandeirolas e o som.”

Percebendo o potencial da festividade, que naquela época já trazia à cidade grandes artistas como Jackson do Pandeiro, Genival Lacerda, Marinês e Sua Gente, Abdias do Fole de Oito Baixos, Conjunto Zé Lagoa, Antônio Barros e Ceceu, Eline Julião, João Gonçalves, Zé e Manoel Calixto, entre outros, decide promover a centralização dos festejos buscando atrair um maior número de pessoas.

Inicialmente, essa centralização deu-se em um palhoção que havia sido construído pelo prefeito anterior Enivaldo Ribeiro, no local que posteriormente seria construído o parque do povo, conforme podemos observar na fotografia abaixo.

Imagem N° 30: Palhoção construído por Enivaldo Ribeiro, década de 1980



Fonte: www.cgretalhos.com.br

A organização do evento, naquele primeiro momento, deu-se de maneira manual sendo necessária a organização de um mutirão para a colagem das bandeirolas e na pregação de palhas de coqueiro. Tendo a organização sido feita de última hora, os integrantes do mutirão estavam a pregar bandeirolas e a esperar o cimento secar poucas horas antes do início do evento.

Diferentemente do que hoje é, o São João de Campina Grande naquele período era padronizado, tendo sido confeccionadas para o evento mil camisas, que devido à demanda teve que ser aumentada para doze mil camisas, tendo estendido seu contingencial nos dois próximos anos para um número de vinte e cinco mil e trinta mil, respectivamente. Abaixo observamos, o modelo padronizado das primeiras edições do São João, assim como a fala de abertura do evento por meio do prefeito da época Ronaldo Cunha Lima.

Imagem N° 31: Abertura do São João de Campina Grande em 1985.



Fonte: www.cgretalhos.com.br

O sucesso atingido com as primeiras edições do evento ocasionou na vinda para a cidade de grandes casas de shows como o Forrock, Vale do Jatobá, Spazzio, Villa Forró, possibilitaram a realização de grandes shows aumentando a importância e a proporção do evento. Mesmo assim o palhoção continuou a ser utilizado como local de festejo, tendo sido, já no ano de 1985, construída a fogueira gigante tradicionalmente encontrada nos festejos juninos de Campina Grande, conforme observamos nas imagens abaixo:

Imagem N° 32: São João de Campina Grande, 1985

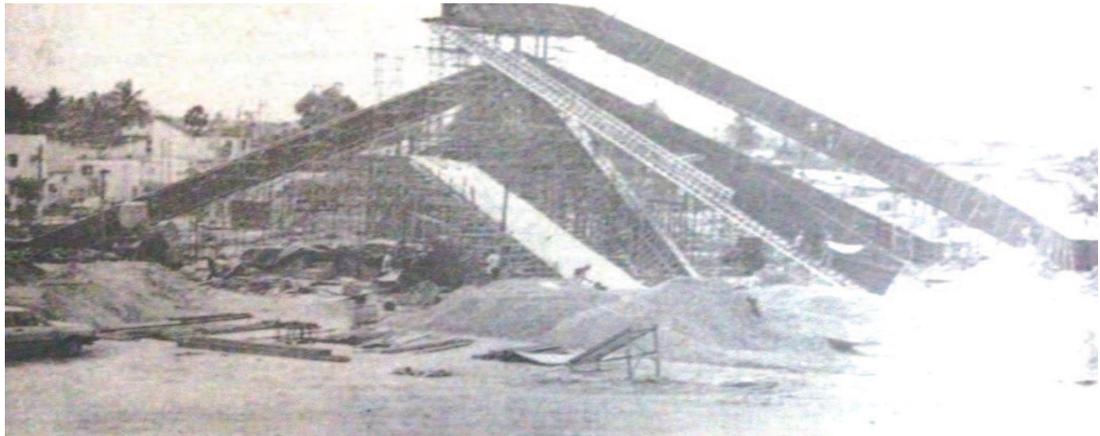


Fonte: www.cgretalhos.com.br

Com o passar dos anos e o aumento na proporção dos festejos, se fez necessária a criação de um espaço aberto para que o “povão” se aproximasse da festa, ou seja, o foco do

evento seria o de atingir todas as classes sociais. Foi então que surgiu a Pirâmide e o próprio Parque do Povo, projetado pelo arquiteto Carlos Alberto de Almeida, que na época recebeu o nome de “Forródromo”. Lopes, sobre tal fato afirma que “Desde a sua origem, a festa junina de Campina Grande tem como base central o Parque do Povo, uma área com mais de 42 mil metros quadrados. Batizado de Quartel General do Forró. “(LOPES, 2010, p.32) Abaixo imagens do período de construção da pirâmide.

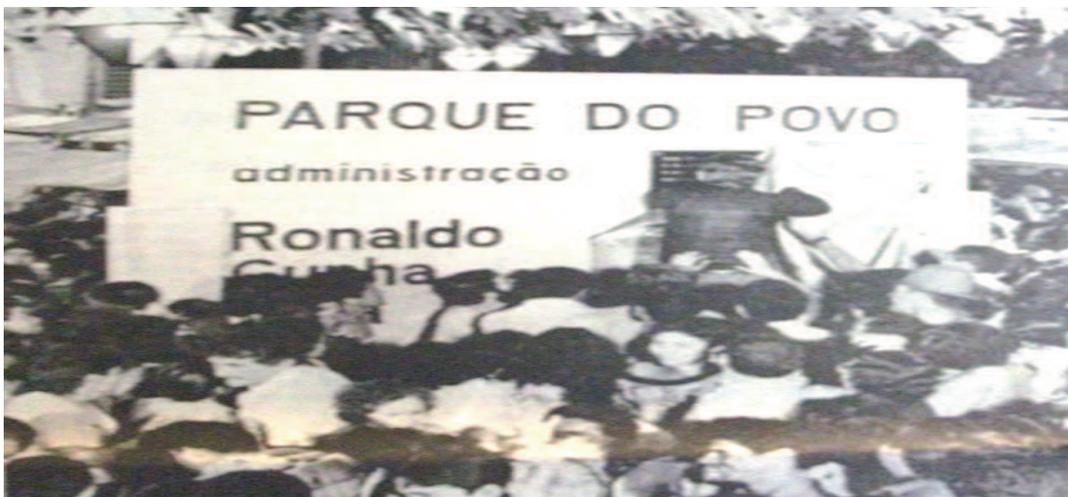
Imagem N°33: construção da pirâmide do parque do povo, década de 1980



Fonte: www.cgretalhos.com.br

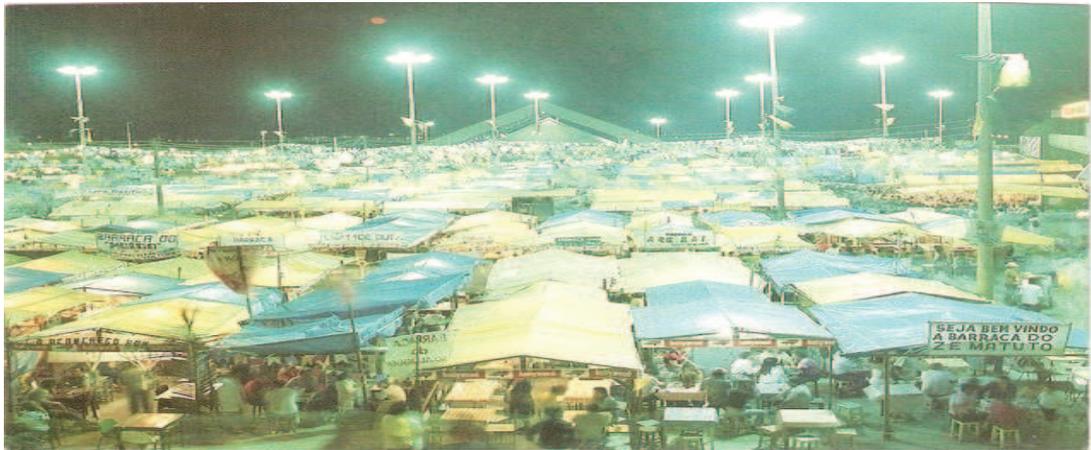
No ano de 1986, os festejos juninos de Campina Grande já foram realizados no parque do povo, denominado Quartel general do Forró, onde a partir desse momento seria a cada ano realizados os festejos juninos da cidade. Abaixo imagens da comemoração da inauguração do parque do povo, onde havia cerca de setenta mil pessoas, e do São João campinense do ano 1986.

Imagem N° 34: Inauguração do Parque do povo, ano de 1986



Fonte: www.cgretalhos.com.br

Imagem Nº 35: Festejos juninos de Campina Grande ano de 1986



Fonte: www.cgretalhos.com.br

Em 1986, diversas redes de televisão se interessaram, talvez atraídas pela curiosidade, em mostrar reportagens sobre o acontecimento fazendo com que a festa de Campina Grande ficasse conhecida em todo o Brasil, sendo este fato, um dos motivos que consolidaram o evento como a maior festa junina do país.

A medida que os anos passaram, os festejos juninos de campina Grande, tenderam de maneira expressiva ao desenvolvimento, sendo hoje considerado o maior São João do mundo, concorrendo apenas com o, posteriormente criado, São João de Caruaru. A modernização dos festejos pode ser, visivelmente percebida, tanto da estrutura do evento, hoje feita de ferro, quanto nas atrações que se apresentam nos festejos. Segundo Lopes, “Por ele passam artistas que defendem o tradicional forró pé de serra deixado por Luiz Gonzaga e outros estilos musicais do momento” (LOPES, 2010, p.18). Abaixo imagens atuais do São João de Campina grande:

Imagem Nº 36: São João de Campina Grande ano de 2010



Fonte: www.pb1.com.br

Figura Nº 37: São João de Campina Grande ano de 2010



Fonte: www.a3entretenimnto.com.br

Considerada a expressão maior da cultura nordestina, o São João de Campina Grande, além de expor o costume nordestino aos milhares de visitantes que participam dos trinta dias de festa característicos dos festejos, por meio da alimentação, danças e atrações que podem ser vistas durante os festejos, também leva o conhecimento acerca da vida rural nordestina, por meio da recriação de uma vilarejo nordestino, datado de 80 anos atrás, o chamado Sítio São João. Conforme abaixo representado:

Imagem Nº 38: Sítio São João, ano de 2010



Fonte: www.edilane.com.br

A veracidade presente em tal recriação possibilita além do conhecimento acerca da história nordestina o reconhecimento, visto que, muitos ao visitarem ao local podem dar fazer uma viagem no tempo, ao observar o trabalho realizado pelos atores, recriando a vida rural do nordeste de início do século XX. Lopes, tratando sobre o assunto afirma:

O cenário é completo. Tudo no local funciona de verdade. O visitante não apenas observa o Sítio, mas interage com os atores que colocam a mão na massa para preparar o bejú, o caldo de cana, usado para fazer rapadura e cachaça. Ao passar pela bodega são encontrados no balcão –assim como era antigamente– artigos como fumo de rolo, cachimbos, chapéu de palha e de couro e alimentos típicos como carne de charque, sardinha e rapadura. (LOPES, 2010, p.18)

Todo esse cuidado nos detalhes na recriação do sítio, explica-se pelo fato de que com o tal objetiva-se não apenas a divulgação da cultura nordestina, mas também para a conscientização á preservação de certos costumes e valores que com o passar do tempo e a modernização vão sendo esquecidos. Abaixo mais algumas imagens, dos artigos nordestinos encontrados no Sítio São João:

Imagem Nº 39: Artigos encontrados no Sítio São João que representam a cultura nordestina.



Fonte: <http://casanaestrada2.blogspot.com>

Na foto fumo, usado na época para fumar cachimbo, assim como no combate a doenças. À direita pimenta do reino, normalmente batida no pilão para ser utilizada no preparo de comidas. Carne de charque, arroz, que naquele momento constituía-se como a alimentação simples do homem do campo.

Imagem Figura Nº 40: Representação da cultura nordestina.



Fonte: <http://casanaestrada2.blogspot.com>

A imagem retrata sobre a devoção do homem nordestino, simbolizada pelo oratório, costumeiramente encontrado nas residências rurais nordestinas na década de 1930.

Além de divulgar a cultura nordestina, dentro do cenário da festa, um pouco da história da cidade também é retratada através da representação da Vila Nova da Rainha.

Em abril de 1790, devido o objetivo da Coroa portuguesa em criar vilas na província, uma delas na região do Cariri, que compreendia parte do que hoje são a Microrregião do Cariri Oriental e do Cariri Ocidental, Campina Grande foi escolhida pelo Ouvidor Brederodes para se tornar vila, devido à suas terras cultivadas produzirem mais riquezas e principalmente devido à sua melhor localização, estando entre a capital no litoral e o sertão. Dessa maneira, no dia 6 de abril, Campina Grande passou a ser chamada oficialmente de *Vila Nova da Rainha*, em homenagem à Rainha Dona Maria I.

A vila então possuía câmara municipal, cartório e pelourinho. Entretanto, a Vila Nova da Rainha não despertou grande interesse da província e crescia ainda muito lentamente: depois de oito anos criada a vila, possuía pouco mais de cem casas com apenas três mil habitantes. O território ocupado por Campina Grande era bastante abrangente: compreendia o Cariri (a não ser por Serra do Teixeira), parte do Agreste, parte do Brejo, abrangendo os povoados de Fagundes, Boqueirão, Cabaceiras, Milagres, Timbaúba do Gurjão, Alagoa Nova, Marinho, e outros, ao todo somando um território de mais de 900 km².

È exatamente essa história, que através de representação cenográfica, se tenta retratar durante os trinta dias do São João de Campina Grande. A matriz, a cadeia pública e as poucas casas que formavam a Vila Nova da Rainha, são representados no centro do Parque do povo, conforme podemos observar abaixo:

Imagem Nº 41: Representação da Vila Nova da Rainha e da Matriz de Campina Grande



Fonte: www.saojoaoemcampina.com.br

Tais fatos, e representações fazem-nos perceber a importância do São João de Campina Grande não apenas para a difusão da cultura nordestina, mas também para a divulgação do passado da cidade, que conhecido será mais facilmente preservado.

Sabendo que o contato com o passado possibilita o exercício da memória que, como sabemos, caminha de mãos dadas com a história. Le Goof, sobre tal fato afirma que é “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens”. (LE GOFF, 1994, p.477).

Devido a importância do patrimônio, pautamos nossas atividades em promover esse a história destes que preservados servirão de referência tanto para o conhecimento da história, como também para o reconhecimento dos cidadão campinense enquanto personagem ativo em tal processo, e assim, responsável pela preservação e a difusão da mesma.

Assim, tendo em vista os dados coletados tanto na amostra com os alunos, quanto com os docentes que nos levou a perceber o pouco conhecimento existente no que se refere à história da cidade, e a pouca educação dispensada aos alunos no que se tange ao patrimônio histórico e cultural local, podemos, de certa forma, entender a atual degradação do patrimônio campinense que a cada dia mais vem aumentando, tendo em vista que aqueles que não são destruídos em busca de um progresso são pichados e vandalizados, sujando e destruindo a memória campinense.

Desse modo, tendo sido construída sobre um ideal de modernidade desde a década de 1930, que levou Campina Grande a desvalorizar o antigo e, atualmente, sem haver a sensibilização necessária à preservação da memória local, o patrimônio da Rainha da Borborema vai sendo a cada dia mais excluído, seja este em favor de um progresso ou por simples falta de conhecimento. De identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos tempos, a busca desenfreada pela modernização tem se caracterizado, como um dos mais poderosos vilões no que se refere à preservação do patrimônio histórico não apenas brasileiro, mas também mundial. Em busca de adaptar-se aos ideais modernos e capitalistas, diversas cidades, tem perdido muito de sua história a fim de abrir espaços para as exigências ditas “modernas”.

Na cidade de Campina Grande, essa realidade começa a perceber-se ainda na década de 1930, quando indo em busca da modernização da localidade, o prefeito de então Vergniaud Wanderley inicia as obras de urbanização, que para ser total e positivamente desenvolvida necessitava banir da cidade tudo aquilo que simbolizasse o passado retrogrado da mesma. Sonhava-se em “Campina Grande sendo a Capital” e por isso devia-se adaptá-la ao modelo das grandes metrópoles nacionais, modernizá-la.

Em busca da realização desse sonho, muito do patrimônio da cidade teve que ser derribado ou escondido. Igrejas, praças, casas foram destruídas, enquanto que espaços mais modernos eram construídos em seus lugares.

O resultado de tal modernização, porém, vai muito além do que a simples mudança física e arquitetônica da cidade. Esta, na realidade teve como efeito principal a cristalização de uma identidade moderna tida como característica dessa cidade. A sociedade campinense apresenta-se como modernista, identifica-se com progresso, desenvolvimento e mudança ao longo da sua história. Segundo Hall (2006, p.14), as sociedades modernas são, por definição, sociedades de mudanças constantes e rápidas. Capel afirma que a palavra ‘moderno’ expressa a aceitação de que a sociedade pode melhorar e se superar, sempre em relação a outro estado anterior considerado de menor evolução(CAPEL apud FERREIRA 2006, p.9). Entende-se por certa desvalorização do anterior e o reconhecimento de que o novo é bom e melhor.

Essas características, entre outras, que conferiram a cidade o título de “futura metrópole”, pode ser compreendida como uma das principais causadoras da atual degradação do patrimônio histórico e cultural Campinense, e da conseqüente falta de memória histórica percebida em seus habitantes. Cotidianamente, edificações consideradas antigas e ultrapassadas passam a ser destruídas para dá lugar a novas e modernas estruturas. Assim, a identidade da cidade aproxima-se de uma espécie de iconoclastia, só que ao invés de destruir ícones religiosos, na cidade se destrói ícones históricos, o passado da cidade. A memória física está morrendo diante dessas constantes mudanças modernizadoras da cidade.

A cada dia mais monumentos históricos são depedrados, locais de memória vandalizados, desconsiderados em função de uma modernidade. No lugar de vários desses espaços de memorização coletiva estão surgindo prédios, estacionamentos, lojas, cartazes, que melhor representam a face moderna e capitalista da cidade.

Essa realidade pode ser fomentada ainda mais quando nesse projeto ficou visível a falta de conhecimento histórico e cultural dos habitantes da cidade, principalmente das gerações mais jovem que desconhecendo a importância histórica do mesmo, não vêem neste nenhuma serventia degradando-o ou ignorando-o na tentativa de assim banir aquela “velharia” do ambiente moderno em que vivem. Assim, a degradação do patrimônio campinense pode também ser percebida como resultado da falta de conhecimento e desvalorização da história local. Dessa maneira, podemos perceber a necessidade urgente da efetivação da Educação Patrimonial nas escolas campinenses, a fim de travar uma luta contra a notável e crescente destruição do patrimônio local percebido na cidade.

A realidade compreendida, em nossas análises, porém, nos trás a tona uma grande preocupação no que se refere ao futuro histórico e cultural da cidade, tendo em vista que através da mesma pudemos perceber o pouco conhecimento existente por parte dos discentes no que se refere à temática patrimônio histórico e cultural, esta preocupação se tornando ainda mais forte quando nos relegamos às amostras colhidas com os professores, que demonstraram a falta de conhecimento, preparação e interesse em promover a educação local e patrimonial.

Percebemos por meio destas que em um ambiente escolar onde pretende-se formar futuros docentes, característico do ensino normal, pouco e quase nada se instrui sobre a história da cidade, sobre a importância de difundir-la, de preservá-la, o que, todavia poderia ser uma engenharia, uma maneira de conscientizar os discentes à preservação e a valorização da memória, tendo em vista que estes tratando-se de futuros professores serviriam de prováveis multiplicadores e difusores do conhecimento adquirido.

O dever social da escola de formar cidadãos instiga ainda mais essa necessidade, tendo em vista o fato de que, devido às conquistas efetivas ao longo da história, a responsabilidade de preservação deixa de ser apenas estatal, passando esta agora a tratar-se de um dever cidadão. Assim, tendo como uma de suas responsabilidades a formação de cidadãos aptos a conviverem em sociedade, a educação patrimonial da escola, mais do que isso formaria cidadão ativos, envolvido no processo histórico, como nos apresenta o autor:

Devemos, portanto, tomar o significativo cidadão em sua dimensão dialética, para identificarmos o sujeito histórico, aquele ser responsável pela História que o envolve. Sujeito ativo na cena política, sujeito reivindicante ou provocador da mutação, da transformação do social. Homem envolto nas relações de força que comandam a historicidade e a natureza política. (FERNANDES, 1993, p. 271)

Impossível, porém será formar este cidadão, principalmente no que se refere à preservação patrimonial sem que haja o conhecimento prévio e o reconhecimento de si mesmos enquanto sujeito participativo na história da sociedade.

Dessa maneira percebemos a grande relevância e a contribuição das atividades desenvolvidas no projeto de extensão “A cidade visível e invisível: identidade cultural, memória e cidadania,” tendo em vista que nosso objetivo principal era levar o conhecimento da história de patrimônios de nossa cidade. Tendo em vista a percepção de que aqueles alunos, apesar de muitas das vezes conviverem diretamente com eles, desconheciam sua história, em muitos casos considerando-os simples praças, somente estátuas, simples festas, sem ter noção da grande importância destes para a história, para a memória da cidade.

Assim, sabendo que a história encontra-se intimamente ligada a memória, fazemos nossas as palavras de Le Goof (1994, p.477), tratando a memória como “um elemento essencial no que costuma chamar de identidade”, tendo em vista que cada imóvel, cada monumento, ou cultura diz respeito a “um momento singular do tempo, ele se torna indissociavelmente documento histórico e monumento de recordação”. Portanto, aquele que o observa desenvolve uma atividade de significação das mãos que ali trabalhavam, do desenvolvimento da cidade, da sua história, de sonhos realizados, dos cérebros que pensavam para erguer-lo etc. E uma vez destruída, essa significação do passado se perde, transformando o passado numa inutilidade, resto descartável de uma caminhada.

Desse modo, devemos travar luta contra uma modernidade que chega acabando com tudo, destruindo passados, apagando memórias, fazendo com que os próprios personagens que construíram a história local se sintam perdidos, sufocados por grandes prédios, por novos costumes.

Devemos então derrubar estes arranha-céus que circundam as mentes de muitos. Usando as armas do conhecimento, promover o reconhecimento, e com isso quebrar os gigantescos muros de uma identidade moderna e capitalista, que tem feito de Campina

Grande uma cidade sem memória. Assim, devemos olhar essa tão forte identidade campinense como um desafio vencível,

Tornando-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (Bauman, 2005, p. 17).

Assim, através de construções e desconstruções, do conhecimento, construiríamos a possibilidade de uma cidade não simplesmente retrograda ou totalmente moderna, mas sim de uma Campina Grande contemporânea vivendo em consonância, em harmonia com o passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Giscard Farias. **A URBS DOENTE MEDICADA: a higiene construindo Campina Grande, 1877 a 1935.** sl, 2007. Disponível em <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Giscard%20Farias%20Agra.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2011.

ARAÚJO, Francisco de Paula. **A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES.** Disponível em http://www.unirio.br/cch/eb/enebd/Comunicacao_Oral/eixo1/AIMPORTANCIADOS.pdf. Acesso em 10 de Janeiro de 2010.

"A eleição municipal de Campina Grande" em *A União*, nº 212, 24/9/1935, p. 1.

ARAÚJO, Francisco de Paula. **A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS LEITORES.** sl, sd. Disponível em <http://www.unirio.br/cch/eb/enebd>. Acesso em 03 de Fevereiro de 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEZERRA, Aluska Karla Alves. **A ESCOLA COMO PATRIMÔNIO: UM RECURSO PARA ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL.** sl, sd. Disponível em <http://www.anpuhpb.org/anais>. Acesso em 15 de Janeiro de 2011.

BONATES, Mariana. **Leis que (des)orientam o processo de verticalização.** Buenos Aires, 2010. p.16 Artigo Científico. Gestión de eventos de la Facultad de Filosofía y Letras - UBA, XI COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA 2010.

BOTO, C. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República.** Revista Brasileira de História. v. 19, n. 38, São Paulo, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria do Ensino Fundamental – SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais, Documento Introdutório.** Brasília, 1996.

_____. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1998.

CAMILO, Josemir. **Lições em torno de uma chaminé.** Disponível em www.paraibaonline.com.br. Acesso em 30 de maio de 2011.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A CIDADE COGUMELO: CAMPINA GRANDE DAS FEIRAS ÀS FESTAS.** In *Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 02, 2002.*

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Patrimônio histórico: Sustentabilidade e sustentação.** In *Arquitextos*, ano 2, junho de 2001.

CASTORIADIS, C. *Encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CIRINO, Rebecca Vitoriano. **Vídeo Documentário Multimídia em curta-metragem sobre a não conservação de espaços históricos na cidade de Campina Grande.** Trabalho de Conclusão de curso – (TCC), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2010.

COSTA, Júlio César Leite. **Construindo identidades: Cidade de Alagoa Nova, Patrimônio Cultural Paraibano.** Campina Grande, 2009.

DIAS, Layze Alessandra Mendes, **FESTA, CULTURA E PODER NA PARAÍBA: O CASO DO MAIOR SÃO JOÃO DO MUNDO.** Sl, SD. Disponível em www.soartigos.com.br. acessado em 12-01-2011.

ERRANTE, Antoinette. “**Mas afinal, a memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar**” in *História da Educação/ASPHE*. Pelotas: Editora da UFPE, N.º 8, Set. 2000, p. 140-174.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Educação Patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história.**In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, nº 25/26. pp. 265-276. 1993.

_____. **Memória e ensino de História.** BITTENCOURT, Circe (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, A. L.; **Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940.** DANTAS, G. (orgs.). EDUFRN, Natal, 2006.

FONSECA, M. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN, 1997.

FERES JÚNIOR, João. **Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico.** In: *Dossiê: Teoria Política e Social na Contemporaneidade*. Sl, 2010.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 10a ed., 2003.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Transversalidade e Interdisciplinaridade**. sl, sd. Disponível em <http://4pilares.net/text-cont/garcia-transversalidade-print.htm>, acesso em 22 de março de 2011.

GIDDENS, Antony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1990

GODOY, Maria do Carmo. **Patrimônio Cultural: Conceituação e Subsídios para uma política**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4. Belo Horizonte, 1985. *Anais... História e Historiografia em Minas Gerais*. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985.

HALL. S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2006.

HARVEY, D. *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUMBERG, Evelina, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial.

KÜHL, B. **A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico**. In: _____ Revista CPC, São Paulo, n. 3, p. 110-144, nov. 2006/abr. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. 5ª ed., São Paulo, 1987, Col. Primeiro Passos.

LEPRE, Rita Melissa. **Adolescência e construção da identidade**. Sl, Sd. Disponível em <http://www.psicologia.org.br/internacional/pscl36.htm>.

LOPES, Severino. **A maior festa de forró** In: Revista Hoje. junho de 2010.

MEDEIROS, Gilca Flores de. **Por que preservar, conservar e restaurar?** In: Caderno do Professor do Calendário Museológico. Minas Gerais: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 2005.

MEIRA, Ana Luiza Goelzer. **POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO**. sl, sd. Disponível em [/www.ufpel.edu.br](http://www.ufpel.edu.br), acesso em 20 de Março de 2011.

MORAES, Antônio Pereira de – **Vê, ouvi e senti: Crônica da vida Campinense e outras Narrativas**; Campina Grande; 1985.

MOURA, Fernando; VICENTE, Antônio. **Jackson o Rei do Ritmo**. São Paulo: Ed.34, 2001.

OLIVEIRA, Tomas Bruno, **Dia do Patrimônio Histórico: em Campina temos o que comemorar?** . Disponível em www.iparaiba.com.br. Acessado em 30 de Abril de 2011.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/documents/publi_basictexts_pt.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2007.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo:Brasiliense, 1994.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1995.

SANTOS, Andrea Paula dos. **Trajetórias da História Social e da Nova História Cultural: cultura, civilização e costumes no cotidiano do mundo do trabalho**. In: XI Simpósio Internacional Processo Civilizador. Ponta Grossa, Sd. Disponível em http://www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simposio/artigos/ mesa_debates/art3.pdf. Acesso em Janeiro de 2011.

SILVA, Luís Octávio da. **A constituição das bases para a verticalização na cidade de São Paulo**. In *Arquitextos*, jan 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp399.asp>> Acesso em: 30 de Março de 2011.

SANTOS, R. I. C. dos. **Conhecimento, conscientização e preservação de patrimônio cultural para a prática do turismo**. Turismo: Visão e Ação. Itajaí:

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Campina Grande: um centro comercial do Nordeste**. Departamento Nacional SESC, 1960 106p.Editora UNIVALI, ano 4, n. 8, p. 111-116, abr/set. 2001

SCHMIDT, M. L. S.; MAHFOUD, M..Halbwachs: **Memória coletiva e experiência**. Psicologia. USP, São Paulo, 4 (1/2), 285-298, 1993.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. **Cidade e vida boêmia: Um passeio pelos maus costumes de Campina Grande**. Recife, 2002.

SOUZA, Fábio Guttemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. In *Revista Brasileira de História*, vol.23, no.46, São Paulo, 2003.

VEJA, Revista **.Edição Histórica**, Agosto de 2010.

